

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

LAÍS ALBERTO SCHONHORST

O DIÁLOGO NAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

TCC

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
RELAÇÕES PÚBLICAS**

LAÍS ALBERTO SCHONHORST

O DIÁLOGO NAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Comunicação
Social – Habilitação Relações Públicas,
Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Federal de Santa Maria,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Comunicação Social –
Relações Públicas.**

ORIENTADORA: Profa. Kalliandra Conrad

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
RELAÇÕES PÚBLICAS**

LAÍS ALBERTO SCHONHORST

O DIÁLOGO NAS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Habilitação Relações Públicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas.

Profa. Kalliandra Conrad (Orientadora/UFSM)

Profa. Dra. Aline Roes Dalmolin (UFSM)

Profa. Me. Patricia Franck Pichler (UFSM)

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, instituição que oportunizou o contato e a minha formação acadêmica em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas. À minha professora orientadora Kalliandra Conrad que com muito entusiasmo aceitou o desafio de me conduzir no caminho desta pesquisa. Aos demais professores e professoras que ao meu lado estiveram durante estes anos de formação acadêmica acompanhando-me e por vezes sendo influências e referências bastante positivas em meu percurso formativo. Gratidão maior à senhora Maria Helena Alberto Schonhorst, minha mãe, linda mulher que sempre me inspirou coragem mesmo sem disto saber, foi minha afável e melhor companheira que apesar de distante fisicamente esteve sempre me acompanhando e me proporcionando carinho e tudo o que precisei para residir em Santa Maria nestes quatro anos de minha formação acadêmica. Por vezes as dificuldades financeiras foram bastante intensas, mas mesmo presentes, graças à minha mãe nunca me faltou comida, abrigo e carinho, peças fundamentais que por vezes me fizeram seguir à diante. Agradeço aos familiares que me abrigaram quando não havia possibilidade de moradia, que me auxiliaram de forma espontânea sempre com muito carinho. Agradeço com amor ao meu companheiro de caminhada que esteve presente nos anos conclusivos de minha trajetória acadêmica me dando amoroso suporte e suportando minhas instabilidades de humor, muitas vezes presentes no decorrer da escrita desta pesquisa. Agradeço a ele por seu carinho e afeto incondicionais que serviram de forças propulsoras para que eu acreditasse na qualidade de meu trabalho e nas minhas potencialidades enquanto pessoa humana que anseia por um mundo mais justo e solidário. Minha gratidão e dedicação deste trabalho às pessoas que nele são citadas. Agradeço à Santa Maria por me ensinar muito sobre a vida que por vezes pode ser árdua, fria ou calorosa demais, pela possibilidade de ter nestes quatro anos encarado a vida como páginas de um livro que podem ser redesenhadas a cada novo dia.

RESUMO

O presente trabalho monográfico pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: Como é caracterizado o diálogo a partir do modelo de autogestão em empreendimentos cooperativos de Economia Solidária? Com base na realização de atividades de pesquisa de campo e na reflexão teórica propomos, como objetivo geral, analisar as características da dialogicidade nos processos organizativos de autogestão em empreendimentos de Economia Solidária. Os objetivos específicos consistem em (1) estudar as características dos processos de diálogo em práticas organizativas em empreendimentos de Economia Solidária presentes no âmbito regional de Santa Maria, Itajaí e Florianópolis; (2) compreender os processos de autogestão cooperativista através de empreendimentos regionais de Economia Solidária; e (3) identificar a existência de aspectos da comunicação dialógica no contexto de organizações de Economia Solidária. Na perspectiva da comunicação foi utilizado como base teórica o autor Freire (1983, 1987), com o intuito de compreender seu conceito de comunicação e estudar elementos que compõem a ideia de diálogo. Posteriormente, a fim de embasar os conceitos sobre Economia Solidária e autogestão foram utilizados autores e pesquisadores como Gaiger (2006) e Singer e Souza (2000). Como método de pesquisa de campo utilizaram-se entrevistas, análise documental e observação de reuniões com base nos conceitos investigados tendo como eixo a formação de uma estrutura conceitual para compreensão dos fenômenos da dialogicidade e também da autogestão. A pesquisa permitiu a elaboração da relação entre a dialogicidade e a autogestão no âmbito da Economia Solidária: o cooperativismo, pela via da produção coletiva, catalisou o desenvolvimento da autogestão. A comunicação para a ação política dos trabalhadores possibilitou o desenvolvimento do diálogo como base para a consciência crítica e a emancipação. A autogestão, como mediação pelo compartilhamento das ações, e o diálogo, como construção processual de um sistema de reciprocidade de valores simbólicos, intentam unificação pela *práxis* coletiva e pela participação. As práticas organizativas da Economia Solidária intentam consolidar a autogestão e a dialogicidade em sua *práxis* cotidiana e possuem como maior desafio a superação da antialogicidade e do domínio da cultura de opressão capitalista que ainda inibe a voz e engessa o desenvolvimento da ação coletiva do movimento.

Palavras-Chaves: Comunicação, Cooperativismo, Dialogicidade, Economia Solidária, Autogestão.

ABSTRACT

The present monographic work seeks to answer the following research problem: from the model of self-management in cooperative enterprises of Solidary Economy, how is communication characterized? Based on field research activities and theoretical reflection, we propose, as a general objective, to analyze the characteristics of communication in organizational self-management processes in Solidarity Economy projects located in the cities of Santa Maria - RS, Itajaí - SC and Florianópolis SC. The specific objectives are: (1) to study the characteristics of the communication processes in organizational practices in Solidarity Economy projects present in the Santa Maria, Itajaí and Florianópolis regions; (2) understand the processes of cooperative self-management through regional enterprises of Solidarity Economy; And (3) identify the existence of aspects of dialogic communication in the context of Solidarity Economy organizations present in Santa Maria, Itajaí and Florianópolis. From the perspective of the communication, the author Freire (1983, 1987) was used as a theoretical basis in order to understand his concept of communication and to study elements that make up the idea of dialogue. Later, in order to base the concepts on Solidary Economy and self-management, authors and researchers like Gaiger (2006) and Singer and Souza (2000) were used. As a field research method, interviews, documentary analysis and observation of meetings were used based on the concepts investigated, having as its axis the formation of a conceptual framework for understanding dialogue and self-management. The research allowed the elaboration of the relationship between dialogicity and self-management in the ambit of the Solidarity Economy: cooperativism, through collective production, catalyzed the development of self-management. Communication for the political action of workers made possible the development of dialogue as a basis for critical awareness and emancipation. Self-management, as mediation by sharing actions, and dialogue, as a processual construction of a system of reciprocity of symbolic values, try to unify by collective praxis and participation. The organizational practices of Solidarity Economy seek to consolidate self-management and dialogue in their everyday praxis and have as their greatest challenge the overcoming of antidialogicity and domination of the culture of capitalist oppression that still inhibits the voice and engages the development of collective action of the movement.

Keywords: Communication, Cooperativism, Dialogicity, Solidarity Economy, Self-management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Elementos relacionais da autogestão.....	22
Tabela 1 – Comparação entre economia capitalista, PACS e EPS.....	24
Quadro 1 - Abrangência PACS no Rio Grande do Sul.....	26
Quadro 2 – Conceitos de referência teórica: dialogicidade e a autogestão.....	39
Quadro 3 – Relação entre autogestão e diálogo na Economia Solidária	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão;
ADS	Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário;
CEPESI	Centro Público de Economia Solidária;
CIC	Centro Integrado de Cultura;
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
EPS	Economia Popular Solidária;
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
FRES	Fórum Regional de Economia Solidária;
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina;
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
PACS	Projetos Alternativos Comunitários;
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares;
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária;
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho, Emprego e Renda;
MTE	Ministério do Trabalho, Emprego e Renda;
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria;
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA COMUNICAÇÃO DIALÓGICA	13
1.1. Origem histórica e compreensão do cooperativismo	13
1.2. Autogestão cooperativista e Economia Solidária.....	16
1.3. Projetos Alternativos Comunitários	23
1.4. Comunicação na perspectiva dialógica de Paulo Freire	27
2. DO PERCURSO METODOLÓGICO AO OBJETO EMPÍRICO	38
2.1. Etapas metodológicas	38
2.2. Construindo o objeto empírico: o Projeto Esperança – Cooesperança.....	41
2.2.1. O surgimento do Projeto Esperança-Coesperança.....	41
2.2.2. O Projeto Esperança Cooesperança.....	43
3. ANÁLISE DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	46
3.1. Análise documental – Centro Público de Economia Solidária de Itajaí/SC.....	46
3.2. Análise de reuniões: Fórum Regional de Economia Solidária – Florianópolis/SC.	52
3.2.1 Relato descritivo 1: reunião FRES Florianópolis	53
3.2.2 Relato descritivo 2: reunião FRES Florianópolis	62
3.2.3 Relato descritivo 3: reunião FRES Florianópolis	67
3.3 Análise do conjunto das reuniões.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa no âmbito de empreendimentos de Economia Solidária o fluxo comunicativo entre membros, considerando o aspecto da autogestão participativa. Analisar-se-á na pesquisa, especificamente no campo das Relações Públicas, o diálogo como prática capaz de subsidiar e, quiçá legitimar os processos de comunicação no campo das práticas organizativas autogestionárias em Economia Solidária, a fim de identificar as possibilidades de dialogicidade em empreendimentos de Economia Solidária.

Portanto o tema da pesquisa refere-se à autogestão na perspectiva da Economia Solidária e também aos processos comunicativos voltados à reflexão teórica da dialogicidade, cuja perspectiva advém de Paulo Freire. Abrange também a correlação entre a comunicação no seu viés social atrelada a formas alternativas de organização através do trabalho solidário e sua forma cooperativa. Assim expressar-se-á o estudo sobre empreendimentos cooperativos de Economia Solidária, caracterizados como alternativa contra hegemônica de produzir, trabalhar e viver e as características que envolvem o fluxo de diálogo nesse contexto. A leitura de autores como Boaventura de Sousa Santos, Paul Singer e Paulo Freire serviram de auxílio no aporte teórico. Sendo assim, este trabalho é conduzido pela análise conceitual da comunicação dialógica e sua possível contribuição na *práxis* comunicativa da autogestão participativa a qual se investigará no campo de pesquisa.

O **problema de pesquisa** compreende a seguinte questão: Como é caracterizado o diálogo a partir do modelo de autogestão em empreendimentos cooperativos de Economia Solidária? Como **hipótese** teórica questiona-se se é possível elencar essa comunicação na perspectiva da dialogicidade. Por meio da pesquisa de campo e da reflexão teórica em questão, o trabalho tem como **objetivo geral** analisar as características da dialogicidade nos processos organizativos de autogestão em empreendimentos de Economia Solidária localizados nas cidades de Santa Maria/RS, Itajaí/SC e Florianópolis/SC. E como **objetivos específicos**: (1) Estudar as características dos processos de diálogo em práticas organizativas em empreendimentos de Economia Solidária presentes no âmbito regional de Santa Maria, Itajaí e Florianópolis; (2) Compreender os processos de autogestão cooperativista através de empreendimentos regionais de Economia Solidária; e (3) Identificar a existência de aspectos da comunicação dialógica no contexto de organizações de Economia Solidária.

Os **métodos** utilizados abrangem a pesquisa bibliográfica, análise documental e observação participante. Esse processo permitiu, ao longo de sua realização, verificar as

características da comunicação autogestionária nos empreendimentos de Economia Solidária, como também, averiguar se há elementos da dialogicidade nas práticas comunicacionais de organização dos grupos.

Ao trabalhar na investigação sobre a comunicação autogestionária da Economia Solidária pensa-se encontrar canais de afinidade prática correlacionados à dimensão teórica da dialogicidade traduzida pela emancipação, conhecimento e transformação entre o homem e o mundo. A pesquisa problematiza o subsídio teórico da dialogicidade, que remete a um tipo ideal de comunicação, e os processos práticos que ocorrem no campo investigado. A partir do campo de observação serão analisadas as características do fluxo comunicativo interpessoal dos agentes sociais integrantes de dados empreendimentos solidários a fim de que se possa compreender se tal comunicação atinge o fundamento dialógico. No decorrer deste trabalho houve discernimentos entre teoria e prática, sendo a teoria dotada de elementos que talvez possam ser considerados como tipos ideais tanto de comunicação como de organização autogestionária. Para que haja resposta ao problema em questão buscaram-se elementos possivelmente constitutivos da *práxis* comunicativa dialógica atrelada ao processo de autogestão no campo pesquisado.

O interesse por esta pesquisa veio, em primeiro lugar, pelo desejo em compreender o indivíduo em práticas organizativas não tradicionais, traduzidas aqui pela autogestão em empreendimentos de Economia Solidária. No decorrer da trajetória acadêmica o estudo da Comunicação esteve parcialmente centralizado em organizações tradicionais as quais muitas vezes pude notar estruturas formais e rígidas, como no caso de grandes empresas e corporações. Essas organizações muitas vezes apresentam uma perspectiva tecnicista sobre a compreensão do sujeito no processo de trabalho faltando-lhes o aspecto do desenvolvimento humano dessa relação.

Outro fator de motivação para a pesquisa foi a busca por uma valorização do sujeito humano compreendendo-o como um ser de emoções e sentimentos, dimensão esta muito instrumentalizada nos estudos tecnicistas da comunicação. Os estudos de clima organizacional, por exemplo, pressupõe uma metodologia de avaliação que por vezes não consideram a valorização da subjetividade, da interpessoalidade e da interação como aspectos capazes de desenvolver qualidade de vida e humanização nas organizações.

Estas constatações pessoais foram determinantes para minha opção ao estudo das Comunicação Social a partir das organizações cooperativas, possibilitado pela indicação da existência do Projeto Esperança/Cooesperança na cidade de Santa Maria/RS. Desde então

emergiu o interesse e a aproximação real com este Projeto. Em paralelo, foi necessário buscar uma fundamentação teórica que me levasse a compreender o indivíduo em seu sistema de complexidade das relações humanas, ou seja, no seu campo social.

O primeiro contato com o Projeto Esperança/Coesperança ocorreu durante a disciplina de Comunicação e Cidadania. No segundo semestre de 2014 esta pesquisadora participou das feiras realizadas aos sábados pela manhã, com o intuito de observar o movimento dos comerciantes se articulando e montando suas tendas, organizando seus produtos e em processo de interação com os demais cooperados.

A relação da pesquisa com o conceito de autogestão iniciou-se no ano de 2016 em contato com o professor Gabriel Murav, coordenador e professor do curso de Gestão de Cooperativas do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Com sua contribuição, pude perceber que a análise dos processos dialógicos pode alcançar também as características de autogestão nos empreendimentos de Economia Solidária. Diante da multiplicidade de modelos e visões de autogestão, aquele que melhor se enquadrou nesta pesquisa está baseado no modelo cooperativista que, desde sua origem histórica, identificada na Inglaterra do século XIX, baseou-se em valores de cooperação, reciprocidade, igualdade, participação, divisão igualitária de bens e educação como princípios fundamentais para a sustentação da sociedade. Estas premissas estavam relacionadas à uma perspectiva de gestão na qual o próprio grupo pudesse gerir seu trabalho e produção de renda considerando a capacidade de cada um, sem haver uma estrutura de poder hierárquico.

Para elaborar uma perspectiva teórica sobre os problemas levantados passei a buscar autores que pudessem subsidiar estas questões na área de Comunicação, mas também na Sociologia e na Economia. A primeira referência indicada foi o sociólogo Boaventura Souza Santos e suas proposições sobre práticas alternativas de produção diante do sistema capitalista advindas de estudos de caso de empreendimentos de Economia Solidária. Outro referencial fundamental foi Paulo Freire: desejava compreender como o processo de libertação encontrado em sua perspectiva poderia inserir-se nesta análise. A importância de Freire também emergiu em função de sua origem brasileira que indicava um conhecimento vivencial de nossa realidade. Vinculado a este processo estavam também autores que pudessem corroborar com a base de fundamentação teórica acerca do cooperativismo, entre eles, Paul Singer, principal referência sobre a autogestão, principalmente com relação aos processos da Economia Solidária no Brasil.

A importância prática da pesquisa considera a possibilidade de contribuir com o fluxo de comunicação dos empreendimentos de Economia Solidária, hipoteticamente tangenciados

pela *práxis* dialógica, de suma importância para a constituição dos processos de autogestão. Assim a pretensão da pesquisa não está contida somente pelo aprofundamento analítico da teoria em si, mas na geração prática de sentido

Nas vias do diálogo, da ação e da reflexão propõe-se que haja, portanto, um encontro com atores sociais envolvidos, possibilitando a extensão do conhecimento e da aprendizagem, fazendo iluminar através da prática as abordagens teóricas.

1. COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA COMUNICAÇÃO DIALÓGICA

Este capítulo apresenta o quadro conceitual de referência para o estudo das possibilidades de comunicação dialógica na prática organizativa da Economia Solidária. A reflexão inicia apresentando um relato sobre a origem histórica dos processos de trabalho emergentes desde uma ótica cooperativista, já que a cooperação se constitui como elemento primário para a possibilidade de uma Economia Solidária. Em seguida analisou-se o percurso próprio de instituição do conceito de Economia Solidária atrelando a referenciais sobre a autogestão, outro elemento constitutivo dos processos de trabalho investigados. Finaliza apresentando os conceitos de comunicação na perspectiva dialógica tendo como base principal a obra do autor brasileiro Paulo Freire. Desde este percurso pretende-se elucidar o conjunto teórico que fundamenta o propósito desta pesquisa.

1.1. Origem histórica e compreensão do cooperativismo

O percurso histórico do sistema capitalista como modo de produzir, trabalhar e viver é marcado por lutas políticas e sociais articuladas por milhares de movimentos organizativos que reivindicaram e ainda reivindicam alternativas ao seu modelo exploratório, impositivo e hegemônico.

Singer (2002) ressalta que a economia solidária nasceu depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Um dos grandes nomes do cooperativismo é Robert Owen que surge como grande referência ao idealizar Aldeias Cooperativas nas quais viveriam pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo sua própria subsistência. Segundo Cole (1944, p 24 *apud* Singer 2002 p.29) muitas das sociedades cooperativas foram originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego.

Devido às precárias e vulneráveis condições a qual cotidianamente eram submetidos os operários de fábrica, fortemente marcados pelo capitalismo industrial, emergiu a ideia, mobilizada inicialmente pelos movimentos sindicais, de que a própria classe trabalhadora pudesse gerir associativamente e de forma autogestionária seus próprios empreendimentos de produção e renda.

A bem da verdade, desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores. A expansão atual desses empreendimentos remete tanto a capítulos anteriores dessa história, quanto a correntes de pensamento e ação política. Suas raízes mais longínquas situam-se no séc. XIX europeu, quando a proletarianização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção. (GAIGER, 2003, p.182).

Segundo Singer (2002), outra menção importante na história do cooperativismo foi a cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844 por 28 operários, precursores das ideias de Owen que objetivavam a fundação de uma colônia autossuficiente.

Se por um lado o crescente processo de industrialização explorou e exterminou milhares de pessoas, por outro, foi capaz de disseminar o anseio pela mudança. A luta do cooperativismo propunha a mudança de base, o retorno das relações humanas, de troca, partilha, coletividade, solidariedade e cooperação. Assim fizeram os 28 pioneiros do cooperativismo, fundando em 1843 a primeira sociedade cooperativista de que se tem registro: a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Esta sociedade propunha inicialmente a abertura de um armazém para comercialização de alimentos e demais bens de consumo, além da fabricação de utensílios que fornecessem trabalho e renda local, em conformidade com a capacidade de cada membro em inserir-se no processo de produção. Fundamentalmente os pioneiros propunham a auto-organização e gestão das forças de produção e distribuição em um sistema no qual os interesses de todos os societários pudessem se unir de forma colaborativa, coletiva e harmônica.

Os princípios organizativos inicialmente definidos foram: adesão livre e voluntária – referindo-se à participação de novos sócios –, controle democrático de todas e quaisquer decisões, retorno dos excedentes da produção proporcionalmente vinculados às operações, neutralidade política e religiosa, educação e integração de todos os membros societários aos princípios cooperativistas. Com o passar dos anos os valores de base do cooperativismo foram sendo modificados e instaurados em conformidade com as demandas ideológicas e existenciais dos indivíduos. Na prática apresentaram-se algumas dificuldades quanto à operacionalização dos princípios cooperativistas considerando um contingente de variáveis econômicas e subjetivas de cada indivíduo membro dessa sociedade. Sobre as contingências subjetivas ressalta-se que ao longo do tempo alguns membros societários passaram a considerar o lucro e a guarda individual do excedente uma alternativa vantajosa que, ao mesmo tempo, desvincula-se dos preceitos de coletividade e partilha equitativa propostas pelo cooperativismo. Com o

desvio efetivo de algumas virtudes valores fortemente atrelados ao modelo cooperativista perderam-se no tempo, bem como outros passaram a existir (GAIGER, 2003).

Segundo Singer (1997), na América Latina o cooperativismo também começou com os movimentos sociais organizados e baseados em uma perspectiva de desenvolvimento econômico alternativo. Esses movimentos caracterizavam-se através de um conjunto de lutas políticas que nasciam sob forte influência da Teologia da Libertação, incitados por setores progressistas da Igreja Católica que apoiavam a luta contra as injustiças econômicas e sociais as quais sofriam as classes menos favorecidas da sociedade. Salienta-se que o cooperativismo desde seu surgimento caracterizou-se como um movimento contra hegemônico, constituído por redes e alianças de diversas causas sociais que conjuntamente buscam alternativas para um mundo mais justo e solidário.

Para Singer e Souza (2000), além da justiça e da solidariedade os movimentos cooperativos econômicos solidários anseiam pelos direitos de emancipação e libertação do homem na sua relação com o mundo. Desde seu princípio o cooperativismo constitui-se objetivamente pela premissa de assegurar os direitos e o desenvolvimento humano, sustentando a ideia da racionalidade ética e comunicativa voltado à justiça e ao bem estar social. Desde seu princípio o cooperativismo reivindica a emancipação social, em princípio de liberdade, igualdade e solidariedade a fim de que esses valores possam superar o regresso servil intensificado pelo modelo capitalista. Segundo Santos (2002), a função das práticas e do pensamento emancipador consiste em ampliar o alcance do possível por meio da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas.

O cooperativismo propõe um novo tempo, tempo de reinventar, de lutar por práticas humanizadoras, de pensar em formas de organização baseadas na igualdade e solidariedade e não mais aceitar o modelo capitalista exploratório, bem como se propõe também o movimento de Economia Solidária.

Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e buscando promover a economia solidária como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo (GAIGER, 2003, p. 183-84).

O modelo autogestionário cooperativo é fortemente incitado por parte da sociedade civil em direção à autonomia econômica e social, onde grupos mobilizados coletivamente ensejam

uma democracia dialógica autoconstitutiva. Esse formato de gestão com base nos valores cooperativistas emerge por intermédio da classe de trabalhadores e produtores a fim de legitimar e viabilizar o desenvolvimento democrático de participação coletiva e igualitária.

Estando o controle do empreendimento e o poder de decisão em mãos da sociedade de trabalhadores, a gestão do empreendimento a ela pertence, cabendo-lhe organizar o processo produtivo, operar as estratégias econômicas e dispor sobre a destinação dos excedentes. [...] a convergência entre interesses individuais e coletivos permite que o empreendimento se conduza por altruísmo recíproco e pelos interesses pessoais de cada trabalhador, individuais e ao mesmo tempo referidos ao grupo, ou à comunidade de trabalho que então se estabelece. (GAIGER, 2006, p.535)

O importante aspecto da gestão coletiva presente na perspectiva cooperativista salienta o envolvimento construtivo da classe trabalhadora no processo de tomada de decisão, nesse aspecto autogestionário todos passam a ser proprietários dos seus empreendimentos, assumindo um compromisso no que diz respeito à realização produtiva e ao bem coletivo. Segundo Gaiger (2006, p. 533), essas características formam um todo sinérgico, no qual a entreatajuda, o espírito fraterno e a satisfação, durante e após a atividade propriamente laboral, reforçam-se mutuamente, contribuindo para obtenção de benefícios e a consolidação dos empreendimentos.

1.2. Autogestão cooperativista e Economia Solidária

Segundo Singer (2002) talvez a principal diferença entre a economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade entre os quais as informações fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. A empresa solidária por sua vez se administra democraticamente, ou seja, na prática da autogestão. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos.

Acrescenta Singer (2002) que a economia solidária no Brasil é obra de inúmeras entidades ligadas principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Ainda nos anos de 1980, A Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACS (Projetos Alternativos Comunitários). Segundo Singer 2002, uma boa parte dos PACS

destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do Brasil. Uma boa parte dos PACS acabou se transformando em unidades de economia solidária. O apoio das entidades universitárias na história da economia solidária no Brasil é formado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que segundo Singer 2002, são multidisciplinares e integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e também por funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas de conhecimento. As ITCPs atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.

A Economia Solidária surge como um movimento econômico social, em alternativa ao modelo capitalista neoliberal constituindo-se por milhares de trabalhadoras e trabalhadores articulados através de empreendimentos organizativos solidários de autogestão.

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada [...] (GAIGER, 2003, p. 193).

Diretamente relacionada aos princípios do cooperativismo a Economia Solidária advém da ideia de que é possível efetivar e desenvolver de maneira sustentável uma economia alternativa. Alternativa porque se propõe integrada aos movimentos de luta, possibilitar práticas fundamentadas nos preceitos cooperativos de viver e produzir. Apesar de advir desde muitos anos atrás os empreendimentos organizativos de Economia Solidária são considerados formas inovadoras de realizar a atividade econômica, que podem ser categorizadas pela produção, prestação de serviços, comercialização de bens, finanças ou consumo.

A Economia Solidária integra-se a diversas causas sociais como a reforma agrária, as lutas de gênero, de classe e diversos movimentos de militância contrários à ideia de uma sociedade empobrecida pelo sistema capitalista, que se baseia na acumulação do capital em detrimento à solidariedade humana e emancipação social. Além de estar envolvida com diversas redes e alianças a Economia Solidária é em si um movimento social de caráter popular, caracterizada por um modelo de desenvolvimento solidário associativo, que objetiva a

sustentabilidade territorial de inclusão social pautada nos preceitos da autogestão e solidariedade. O termo designativo, autogestão, faz dos movimentos organizativos de economia solidária, redes nas quais todos os integrantes podem participar do processo de gestão em princípio de igualdade.

Os preceitos de solidariedade e democracia protagonizam o campo autogestionário na Economia Solidária, onde os sujeitos não mais passivos: constroem e determinam colaborativamente as tomadas de decisões a fim de divergir da racionalidade utilitarista econômica do capital, que individualiza e aliena os sujeitos.

Essas iniciativas, designadas de *solidárias*, assumem em dose variável um caráter coletivo na gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho, minimizando a presença das relações assalariadas e provocando o envolvimento com os problemas da comunidade e com as questões da cidadania. (GAIGER, 2006, p. 514)

A autogestão no contexto da Economia Solidária promove o fortalecimento e legitimação dos sujeitos em um contexto de “ressignificações políticas, mas também econômicas e sociais [...]” (ANDION, 2005, p. 82). Além de ser um valor nascido no berço do cooperativismo é também um formato de gestão delineado pela dimensão social dos sujeitos nela envolvidos.

Em síntese, os estudos realizados sobre as organizações da economia solidária mostram que sua principal diferenciação reside no fato de atuarem ao mesmo tempo como intermediárias e articuladoras de três esferas: a social, a política e a econômica. Desta maneira, essas organizações assumem, ao mesmo tempo, funções de espaços produtivos, [...] geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas. Estas características constituem o pano de fundo para compreensão dos princípios e práticas de gestão aplicáveis a este tipo de organização. (ANDION, 2005, p. 85)

A dimensão social do formato autogestionário tem como importante aspecto a relação interpessoal dos sujeitos no que diz respeito à ação comunicativa. Essa ação comunicativa autogestionária pautada na perspectiva da Economia Solidária valorizará a solidariedade, a cooperação e a justiça estando em constante presença na relação e na racionalidade entre os sujeitos. Tais valores presentes na gestão coletiva tendem a superar as condições históricas que impuseram e ainda impõe a alienação e opressão da classe trabalhadora.

Sobre essa racionalidade, Gaiger (2006) explica que dependerá sempre de um conteúdo e troca simbólica, contextualizados pela identificação social e cultural dos sujeitos. São esses conteúdos que formam a base motivacional dos atores envolvidos no processo de tomada de

decisões, onde reconhecem a si mesmos em um sentido de existência não só econômico, mas também social e político. Essa existência é reconhecida coletivamente no processo de gestão em Economia Solidária estando vinculada aos valores solidários nos empreendimentos organizativos, explicitando mais que uma forma de gestão, mas também de luta e resistência social dos atores envolvidos.

Como resistência social, o formato autogestionário de Economia Solidária opõe-se às formas rígidas e endurecidas do sistema de produção e trabalho capitalista, onde o que prevalece é a inflexibilidade conduzida pela ótica do objetivo material em detrimento da dimensão subjetiva existencial de cada ser humano.

Contrariamente aos modernos modelos de gestão de empresas capitalistas, apoiados em maior comprometimento do trabalhador, a autogestão confere à base social da empresa o poder de opinar e decidir igualmente em questões gerais e estratégicas. Nesses termos, a gestão coletiva facilita o consenso, empresta legitimidade às decisões e gera maior nível de adesão às estratégias tomadas. (GAIGER, 2006, p. 527)

A articulação autogestionária nos empreendimentos solidários levará em constante consideração o vínculo de relacionamentos e proximidade entre as pessoas contextualizadas nos valores cooperativos do trabalho.

No processo de compreensão sobre a autogestão em Economia Solidária algumas especificidades estão relacionadas às formas de produção, as quais se caracterizam como já dito anteriormente, pela racionalidade coletiva dos grupos envolvidos. Essa racionalidade será fundamentada por vínculos de reciprocidade e solidariedade entre os sujeitos, onde haverá a troca de conteúdo simbólico transpassado pelos valores cooperativos da Economia Solidária. São esses conteúdos e formas simbólicas socializadas no coletivo que determinarão os comportamentos dialógicos no processo de tomadas de decisões participativas, onde a racionalidade de cada um confluirá para o bem coletivo. Como resultado da ação e da reflexão tomadas em sentido coletivo a especificidade autogestionária solidária caminhará em sentido emancipatório, libertando os sujeitos de um pensamento mecanicista e egoísta. (GAIGER, 2006).

Segundo Gaiger (2006), o que também define a especificidade autogestionária é a capacidade dos sujeitos empreendedores em tornar o trabalho eficiente concebendo a ele a importância e a valorização das relações sociais baseadas na cooperação mútua e no desenvolvimento da consciência de cada indivíduo. Nesse sentido a Economia Solidária apresenta-se também como alternativa, geradora de uma nova racionalidade, onde os valores

de justiça, igualdade, cooperação, comprometimento e resistência estruturam um formato gestor singular. A autogestão existirá na Economia Solidária notadamente pela existência do trabalho, entretanto nesse contexto preserva a capacidade coletiva em exercê-lo e defini-lo em termos do comprometimento, da participação, da democracia e emancipação.

Nesses casos, o caráter participativo e autogestionário dos empreendimentos parece sedimentar um padrão de comportamento – uma expectativa de cada um em relação aos demais e um compromisso frente a si próprio – marcado pela colaboração, pelo zelo e pela disponibilidade. (GAIGER, 2006, p. 521).

Segundo Gaiger (2006, p.529), um ambiente de trabalho participativo facilita a comunicação e favorece a identificação das porosidades do processo produtivo e de outras causas de ineficiência.

Sendo os atores sociais protagonistas de suas decisões, aumentam o engajamento, o interesse pessoal e a reflexão crítica sobre os processos decisórios. Entendendo-se como protagonista de sua própria história em ensejo coletivo de transformação o indivíduo transforma também suas relações e o mundo onde vive. Assim a dimensão social da autogestão é transformadora efetivando a participação e a prática de ações conjuntas, propiciando a atuação dos sujeitos em relação de troca, mutualidade e desenvolvimento consciente para resolução de problemáticas em comum. É nessa protagonização dos sujeitos que talvez se desenvolva o ensejo e motivação sobre o processo participativo. Ora, se pensarmos a autogestão não haveremos de pensá-la alienada ao processo participativo.

Num plano mais circunscrito, a autogestão aplicada a um processo produtivo, em espaços participativos de análise e deliberação, quanto às linhas e metas de produção e à organização do trabalho, exerce efeitos positivos, propiciando que a criatividade dos trabalhadores se manifeste, explore competências adormecidas e confira ao trabalho um sentido positivo e estimulante. (GAIGER, 2006, p. 529).

É pela face participativa que os empreendimentos cooperativos de Economia Solidária colocam em prática os princípios de reciprocidade, comprometimento, solidariedade, cooperação, justiça e democracia. Isso significa que as experiências valorizam a identidade de um grupo e não apenas de uma pessoa a nível individual e hierárquico bem como explorado pelo sistema capitalista. Na socialização do formato autogestionário a atividade econômica prepondera como um exercício de coletividade viabilizando um processo decisório pautado por um plano estratégico de ações tomadas por um coletivo em contingente participativo democrático.

[...] o êxito dos empreendimentos resulta de circunstâncias e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado. O fator trabalho é passível de ser levado ao seu pleno rendimento como *trabalho associado*, à medida que se configura uma racionalidade que aproxima e solda os interesses pessoais com os interesses e necessidades coletivas, alinhando a satisfação de ambos a curto e longo prazo e estabelecendo mecanismos duráveis de reciprocidade. (GAIGER, 2006, p.534).

Nos empreendimentos de Economia Solidária pela perspectiva autogestionária o trabalhador assume e percebe o seu importante papel de colaborador, sendo um ser passível de reconhecimento social.

Os indivíduos a partir da vivência e por conta dos objetivos que os unem no trabalho, tecem laços que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, à medida que alimentam uma identidade e um projeto comuns, ancorados na história e no espaço por eles partilhados. As pessoas se reconhecem como integrantes de um coletivo de que são os principais elementos constituintes e para cujo destino concorrem suas decisões e ações, entre elas a forma como acionam a sua capacidade de trabalho. (GAIGER, 2006, p. 535)

Como exemplo articulado aos preceitos autogestionários em empreendimentos de Economia Solidária apresentamos a imagem abaixo retirada de documentos sobre o Projeto Esperança – Cooesperança (Santa Maria - RS). Caracteriza uma representação sobre a autogestão e seus elementos relacionais.



Figura 1 - Elementos relacionais da autogestão

Analisado em capítulo 2.2 deste trabalho o caso de Santa Maria demonstra o processo de transformação de uma realidade local em experiências de Economia Solidária autogestionáveis, o que para muitos era considerado sonho e utopia. Nesse contexto, possibilita reflexões sobre o novo modelo de desenvolvimento econômico que contribui de forma legítima com a atuação coletiva na prática autogestionária.

Ligadas ao caráter social, as organizações de Economia Solidária transitam na gestão coletiva, onde as tomadas de decisões terão como fonte indutora democrática o diálogo, condutor dos espaços autogestionários de cada empreendimento solidário. O diálogo pode ser considerado como um dos aspectos mais importantes no processo de compreensão sobre a autogestão da Economia Solidária. Através dele os atores sociais envolvidos tem a possibilidade de produzir ideias e assim compartilhá-las em relação de proximidade e interação com os demais, em um processo de coesão solidária de constante integração.

1.3. Projetos Alternativos Comunitários

Na década de 80 iniciam os primeiros Projetos Alternativos Comunitários, também denominados de PACS. A iniciativa desses Projetos deve-se à Cáritas Brasileira, organização de base da Igreja Católica que se compromete em atender as camadas marginalizadas da sociedade que se encontram em situação de vulnerabilidade, estando desfavorecidas e excluídas pelo sistema econômico vigente. A Cáritas Brasileira constitui-se em uma rede articulada a demais movimentos da Igreja Católica, sendo eles as Cáritas Comunitárias, Paroquiais, Diocesanas, Regional e Nacional. A mobilização de recursos financeiros para projetos como os PACS advém de órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, agências de financiamento e também dos fundos de cooperação internacional.

Os Projetos Alternativos Comunitários oriundos da Igreja Católica constituem-se como medidas sociais que buscam reduzir significativamente a precarização do trabalho assalariado, os desempregos em massa e a desvalorização do custo de trabalho, explorando o indivíduo e eximindo-o de seus direitos de uma vida digna e justa. São Projetos Alternativos na medida em que buscam ações que possam minimizar a exploração dos direitos humanos e trabalhistas vigentes no sistema capitalista que incluem longas jornadas de trabalho e decadente remuneração salarial. Na luta pela justiça e igualdade social a libertação e emancipação política das classes populares são fontes condutoras da existência dos PACS, baseados nos valores da solidariedade, autogestão e autonomia dos sujeitos sociais.

Com os PACS vinculou-se a possibilidade de uma nova economia de caráter popular e solidário baseada no desenvolvimento social, em contraposição à lógica mercantilista e exclusiva do sistema neoliberal, assim somaram-se esforços que posteriormente vieram a concretizar a Economia Popular e Solidária (EPS). Na tabela abaixo são apresentados elementos constitutivos dos Projetos Alternativos Comunitários:

TABELA 1 – Comparação entre economia capitalista, PACS e EPS.

Comparação entre economia capitalista, PACs e EPS

Aspectos	Economia capitalista	PACs	EPS
Lógica	Acumulação / Lucro	Auto-Sustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de Vida
Relações Internas	Patrão X Empregado	Distribuição Comunitária das Tarefas	Auto-Gestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento da EPS
Educação	Para a Competitividade/ Individualista	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista Predatório do Meio-Ambiente e das Pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludentes e Compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de Competição e Exploração Monopolística	Subsistência sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

Fonte: 20 Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS à EPS. (2003, p. 70).

Desde o surgimento os Projetos Alternativos Comunitários formaram redes integradas à movimentos associativos e cooperativos de grupos e organizações comunitárias, predominantemente de caráter popular. Eram considerados alternativos na medida em que apoiavam novos processos de produção, trabalho e renda, norteados pela lógica da solidariedade, dignidade e autonomia social.

As diferenças socioeconômicas e culturais e as configurações políticas entre estas regiões devem ser consideradas na definição das iniciativas de mobilização de recursos a serem desenvolvidas. Essas diferenças podem interferir tanto no potencial de resultados da mobilização quanto em possíveis implicações ao projeto político-pedagógico de Cáritas. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2009, p.5-6).

Os projetos eram sustentados por uma metodologia de trabalho definida por meio de estratégias participativas entre os grupos que desenvolviam projetos e empreendimentos comunitários e solidários. Para cada região do Brasil os PACS recebem apoio das Equipes de Assessoramento Regional e também das Dioceses que acompanham, monitoram e desenvolvem o planejamento dos empreendimentos.

Como aporte metodológico e avaliativo sobre os PACS eram desenvolvidos planos e relatórios de ação a fim de que fossem constatados os resultados sobre a geração de emprego e renda em cada região de atuação.

Relacionados à alternativa de geração de trabalho e renda algumas tipologias foram inseridas nos PACS. Essas tipologias dizem respeito à empreendimentos de produção, prestação de serviços, projetos de apoio sindical e também de apoio aos movimentos populares. Para cada contingência tipológica eram avaliados especificamente os aspectos econômicos, políticos e pastorais a fim de que fossem direcionados programas de assistência que pudessem acompanhar e articular de forma avaliativa cada etapa e especificidade tipológica dos PACS.

A avaliação recorria sobre o processo de viabilidade e implantação dos empreendimentos de Economia Popular e Solidária, realizada de forma participativa, compreendendo a análise de ações dos aspectos operacionais, financeiros e funcionais de cada grupo.

No que tange a viabilidade econômica eram avaliados os aspectos gerenciais, mercadológicos e tecnológicos, a fim de que cada projeto obtivesse eixos de sustentabilidade. Com relação aos aspectos mercadológicos eram pesquisadas a inserção, a qualidade dos produtos, controle de custos e capacidade técnica.

A metodologia do planejamento-conjunto, nesse novo momento, passa a valorizar a etapa que denominamos, antes da ação que consiste em construir um diagnóstico mais qualificado e cumulativo da trajetória da organização. Juntos podemos visualizar uma leitura mais estratégica, sobre o nível da organização e sua intervenção na realidade local, regional e nacional. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2001, p. 14).

A partir da pesquisa avaliativa era possível medir a efetividade e contribuição dos projetos no desenvolvimento e sustentação econômica, evitando dessa maneira que medidas emergenciais fossem tomadas, aprimorando e fortalecendo sua instauração.

A educação fez-se também um eixo importantemente presente no desenvolvimento dos PACS. Para que fossem desenvolvidos de forma consciente e organizativa, buscou-se na fundamentação educativa desenvolver cada indivíduo no exercício pleno da solidariedade. A educação conflui com a proposição ideológica dos PACS na medida em que contribui com a ação libertadora de cada sujeito, nas vias progressivas da emancipação e conscientização. A partir desse viés os grupos populares passaram a orientar suas próprias ações, compreendendo os aspectos gerenciais, políticos e sociais de seus próprios projetos e empreendimentos.

Que modelo de sociedade a Igreja pode contribuir para que não se reproduzam tantos mecanismos de morte? Como ficamos diante da maioria daqueles com quem trabalhamos, que muitas vezes, são excluídos de toda e qualquer ação social e econômica? Como ser solidários a estas pessoas reforçando regras e sistemas anti-solidários e excludentes? (CÁRITAS BRASILEIRA, 2001, p.5).

Não recorria essa reflexão apenas no âmbito da Igreja, mas estendia-se a entidades, organizações e movimentos sociais que consideravam a política de produção capitalista como uma “ditadura” permeada pela exclusão e opressão das classes populares. Assim esses grupos foram articulando-se de forma somática a fim de que coletivamente fosse possível efetivar a luta por uma sociedade solidária e participativa. Através dos PACS emerge no Brasil uma forte corrente de uma economia alternativa, popular e solidária viabilizando em parte mudanças sociais cujo objetivo maior era a solidariedade. Os PACS fortaleceram a ideia cada vez maior da existência de empreendimentos solidários, que pudessem efetivar a melhoria nas condições de trabalho e de vida dos indivíduos, assumindo espaços de viabilidade coletiva, de organização e vivências comunitárias. São projetos que desde o início contribuem com movimentos de luta e resistência geridas de forma coletiva por vários grupos autogestionários, associações e sindicatos.

Na década de 80, a Cáritas Regional do Rio Grande do Sul iniciou fortemente o movimento de articulação dos PACS na perspectiva da Economia Popular e Solidária. O quadro abaixo demonstra a abrangência dos projetos no estado do Rio Grande do Sul.

QUADRO 1 – Abrangência PACS no Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul	Os primeiros projetos alternativos animados pela Cáritas surgiram a partir de 1983 em Santa Maria e, depois, em Novo Hamburgo. Atualmente, na perspectiva da EPS fortaleceram-se 4 pólos: Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre. Nesses locais de referência busca-se associar os PACs a projetos de desenvolvimento local.
-------------------	--

Fonte: 20 Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS à EPS. (2003, p. 33).

No linear da trajetória histórica, os PACS fundados pela Cáritas foram obtendo forte vínculo significativo com a Economia Popular e Solidária. Viu-se na integração de experiências solidárias a possibilidade de fortalecer movimentos e projetos populares, capazes de transformar a economia através da luta social e política. Nessa caminhada da Economia Popular e Solidária, estão vinculadas além da Cáritas, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a Agência Nacional de Desenvolvimento Solidário

(ADS), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares entre outras redes e empreendimentos de apoio e incentivo.

1.4. Comunicação na perspectiva dialógica de Paulo Freire

Neste tópico pretende-se analisar a comunicação na perspectiva teórica de Paulo Freire sobre o conceito de diálogo:

Comunicação (é) a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar e implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE *apud* LIMA, 1981, p. 59).

Sabe-se que a maior parte da produção de Freire é voltada explicitamente aos problemas da educação, entretanto, ao compreender seu pensamento notamos que a educação é um processo de “ação cultural” e esse tipo de ação existe somente através da comunicação e seu campo social.

De acordo com Lima (1981), em Freire, a ação cultural emerge através de uma abordagem apoiada numa visão humanista de valorização da criatividade humana. É na ação dos sujeitos envolvidos por determinadas culturas que acontece o processo comunicativo. O conceito de comunicação compreende a participação mútua e recíproca dos sujeitos no ato de conhecer. Na teoria de Freire há uma distinção entre o homem e os demais animais da natureza presentes no mundo, essa distinção coloca o humano como único ser capaz de criar e transformar a realidade através da práxis. Por meio da *práxis* o homem é capaz de tecer relações singulares com o mundo passando a assumir uma postura crítica “criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo”. (FREIRE, 1983, p.3-4).

Na visão de Freire, enquanto os animais são seres de contatos que se adaptam ao mundo e estão *nele*, os homens são seres de relações que interagem com o mundo na *práxis* e estão *com* ele. (LIMA, 1981, p.62). Em relação de diferenciação o sujeito humano é um ser singularmente consciente de si e do mundo o que o torna de forma fundamental diferente dos demais seres vivos. Através da consciência o sujeito é capaz de refletir criticamente e exercer sua reflexão na *práxis*, condicionado pelo tempo e espaço em que vive.

A visão que Freire tem do ser humano como um sujeito em relação com o mundo implica uma concepção das relações entre os sujeitos que é extremamente importante para que possamos compreender seu conceito de comunicação. (LIMA, 1981, p.63).

Para que haja a relação do homem com o mundo deve haver também a comunicação, como argumenta Freire (1985) o mundo social humano não existiria se não fosse um mundo capaz de se comunicar pois o mundo dos seres humanos é um mundo de comunicação.

Os homens não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de 'coisa'. [...] Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado. (FREIRE, 1983, p.63).

O processo comunicativo por sua vez não poderá ser realizado de forma individual, sempre estará em uma realidade coparticipativa entre os sujeitos, estabelecendo pensamento e ação coletiva. Em princípio de diálogo a comunicação não se dará através da transferência e extensão de informações entre um sujeito e outro, mas em um encontro de sujeitos buscando a significação das relações com o mundo em um plano social de humanização, criação e transformação entre iguais. Segundo Freire, o diálogo é mais que uma troca de conteúdo, ele é um ato de conhecimento compartilhado por sujeitos em um processo de significações do mundo. Além do plano social, o diálogo será ferramenta para o plano político, aquele que se refere à emancipação dos sujeitos em condição de opressão, é o que o autor denomina de ação cultural revolucionária.

Na obra de Freire o diálogo é percebido como pensamento-linguagem, sendo produzido na relação dialética entre o sujeito e sua realidade histórica e cultural concreta. Isto implica que no caso das sociedades “dependentes” ou “alienadas culturalmente”, o próprio pensamento-linguagem estará alienado porque estaria dissociado da ação implicada pelo pensamento autêntico. Isto gera somente “palavras falsas” e não “palavras verdadeiras”.

Para Freire a palavra consciente concretizada através do diálogo é libertadora, o contrário torna o homem um ser passível de alienação e opressão. Em seu sentido “verdadeiro” a palavra advém do pensamento crítico e reflexivo em uma relação de transformação entre o homem e a realidade em que vive. Ao deixar a condição de oprimido o sujeito toma direito à voz, direito de pronunciar sua palavra, seu pensamento-linguagem e assim “o homem que tem direito de pronunciar sua palavra é sujeito de suas próprias opções, um homem que projeta livremente o seu próprio destino. ”, existir enquanto homem é existir em direito de

pronunciamento, pronunciar é ter a capacidade consciente de transformar o mundo por meio de uma revolução dialógica.

Uma vez que a característica fundamental de nossa época é a dominação, o objetivo a ser atingido pela ação cultural deve ser a libertação. A dominação ou desumanização se caracteriza por ser um processo “que marca não apenas aqueles cuja humanidade foi roubada, os oprimidos, mas também os que a roubaram”, os opressores. Assim, no processo de libertação ação cultural revolucionária “os oprimidos não devem, ao procurar reconquistar sua humanidade, se transformar, por sua vez em opressores de seus opressores, mas sim restaurar a humanidade de ambos.” (LIMA, 1981, p. 67).

Segundo Freire (1983) este é o plano revolucionário do diálogo, aquele que desfaz a condição de sujeito oprimido e opressor, libertando ambos os sujeitos através do caráter amoroso e da humanização de todos os homens, sendo o diálogo a base para qualquer revolução transformadora. O poder democrático passa a ser exercido através da comunicação, sendo que a partir do diálogo o homem liberta-se de qualquer forma de autoritarismo que possa recair sobre ele. O sujeito que se cala silencia seu poder de transformação continuando a estar dependente e preso a um passado servil de dominação cultural.

A maior preocupação de Freire, contudo, é com as pessoas que se encontram mergulhadas na cultura do silêncio – com todos aqueles que não têm uma voz própria, uma postura crítica, que sofrem de dualidade existencial e de um senso de autodepreciação e são caracterizados pela submissão e pelo silêncio. O homem que vive mergulhado na cultura do silêncio pensa-se a si próprio como fazendo parte do mundo “natural” [...] e não como seu transformador. (LIMA, 1981, p. 89).

O mundo natural caracteriza-se na relação do homem com a natureza, como um ser integrante a ela, entretanto, essa condição deve estar vinculada também ao homem como sujeito conhecedor e transformador do mundo, sendo importante “esclarecer o papel do homem no mundo e com o mundo enquanto ser transformador e não simplesmente adaptativo.” Nessa perspectiva o sujeito passa a compreender e desenvolver consciência do mundo a partir de uma reflexão crítica e não mais ingênua sobre a realidade em que vive. Sobre esse processo de consciência atrelado a *práxis* Freire explica:

Os homens são porque são em situação. E serão mais quanto mais não apenas refletirem criticamente sobre sua existência, mas atuarem criticamente sobre ela. Refletir sobre a situação é refletir sobre a condição mesma da existência: é o pensamento criativo por meio do qual os homens se descobrem ‘numa situação’. Somente quando esta situação deixa de se apresentar como uma realidade densa e sufocante ou uma angustiante escuridão, e os homens passam a percebê-la como uma

situação objetiva problemática – somente então pode ocorrer o comprometimento. [...] a conscientização é o aprofundamento da atitude de consciência característica de toda emergência. (FREIRE, 1987, p.100-101)

Segundo Freire a ação cultural, diretamente relacionada ao diálogo, estará ancorada através da *práxis* consciente. Na ação cultural de libertação o homem interage criticamente sobre si e sobre o mundo em situação de constante intervenção sobre a realidade, essa “ação envolve o ser total dos atores: suas emoções, seus sentimentos, sua linguagem-pensamento-reflexão. A ação humana que implica as finalidades dos atores é a *práxis* humana “[...] e através dos resultados de sua *práxis*, os homens criam seu mundo cultural. [...] a cultura é produto da atividade transformadora do homem em contato com o mundo.” (FREIRE, 1983, p. 110).

A cultura como criação do homem está relacionada em um processo de interação entre sujeitos que assumem a condição da *práxis* em um contexto de significados simbólicos que podem compreender bens materiais, sentimentos, instituições sociais, religiões e ideologias. Ademais a ação cultural estará ligada ao processo comunicativo na perspectiva de uma ação dialógica que é revolucionária e consiste na cooperação, unidade e organização das massas populares. Assim encarada por Freire a cultura é acima de tudo um processo dialógico de libertação implícito à *práxis* humana, inerente ao seu conceito de comunicação.

Freire define a comunicação como uma relação entre sujeitos em diálogo. A comunicação é encarada como a “tradução” do princípio dialógico ao nível do ato de conhecer, ao plano social. Uma vez que o verdadeiro conhecimento é sempre elaborado mediante relações de transformação entre o homem e o mundo, isto implica tanto na reflexão como na ação. (LIMA, 1981, p. 118)

Na *práxis* os elementos de igualdade, compromisso e justiça social se farão presentes, somente por meio dessa relação é que o homem poderá ser sujeito livre. Pela comunicação em sentido dialógico de igualdade e no caminho da *práxis* os sujeitos compartilham significados, reconhecendo-se em reciprocidade social e política. Ao contrário:

Quando essa reciprocidade entre sujeitos igualmente livres é rompida, a comunicação é substituída pela dominação. Os sujeitos oprimidos são reduzidos à condição de “coisas” e a comunicação se torna uma “palavra falsa” ou uma resposta carente de criticidade. Uma sociedade em que predomine este tipo de relação social ou interação humana é uma sociedade dependente, uma sociedade sem vida comunitária, caracterizada pela cultura do silêncio. (LIMA, 1981, p.118)

Nessa perspectiva Freire ressalta que a ausência de diálogo dará espaço para ações antidialógicas invasivas, manipuladoras, de mera transmissão de conteúdo com o intento de oprimir e dominar o homem em sua circunstância cultural. A comunicação na perspectiva de teórica de Paulo Freire advém como já dito através do diálogo, e nesse ponto encontraremos a essência das relações entre os sujeitos e entre os sujeitos com relação ao mundo social e político. O “universo simbólico” estará sempre atrelado à comunicação e conseqüentemente ao contingente cultural dos sujeitos, entretanto para que sejam sujeitos transformadores devem ter a significação da libertação como uma troca simbólica mútua.

Assim, para conquistar uma postura crítica, o homem necessita estar engajado num permanente processo dialético de transformação da realidade por meio da reflexão e da ação, isto é, tem de estar comprometido com uma ação cultural voltada para liberdade. É no bojo deste processo que a comunicação e o conhecimento verdadeiros são produzidos. (LIMA, 1981, p. 119)

A cultura e a comunicação como elementos complementares devem estar diretamente relacionadas ao processo de libertação do homem, ao contrário se faz uma comunicação distorcida e antidialógica, em que o homem se torna um ser alienado. Essa relação da dialética, reflexão e ação presente nos escritos de Freire, é fortemente influenciada pelo pensamento marxista e anticapitalista o qual origina a teoria da ação dialógica baseada na libertação das classes oprimidas pelas classes dominantes.

Isto quer dizer que a verdadeira comunicação e um processo cultural autêntico [...] dependerão de uma transformação radical da sociedade, que conduza à libertação dos oprimidos. A comunicação e a cultura devem ser encaradas, - e estudadas – portanto, na relação dialética com o contexto social em que se desenvolvem, isto é, na realidade ou configuração concreta em que vive o homem. (LIMA, 1981, p.120)

Ainda para compreender a comunicação na perspectiva de Paulo Freire é necessário pensa-la através do homem como um sujeito criativo, criador e transformador, capaz de se libertar da opressão de classe. Essa comunicação, portanto, só será verdadeira e libertadora quando estiver em comunhão com outros sujeitos, onde a palavra e o diálogo existirão em vias de reflexão e transformação, não sendo a comunicação mero objeto de transmissão. É a busca pela justiça social que conferirá à base dialógica traduzida por um processo simbólico através do qual a realidade e a cultura são produzidas, mantidas, reformuladas e transformadas. No processo dialógico de transformação o homem terá a libertação como ponto de partida enraizado por uma comunicação humana, consciente e coletiva.

Ao tratar sobre o diálogo enquanto um fenômeno humano, Paulo Freire (1987) dá ênfase à palavra. O diálogo não existe se não por meio da palavra que é pronunciada na relação entre o homem e o mundo. A palavra sendo constitutiva do diálogo abrange as dimensões de ação e reflexão verdadeiramente presente na *práxis*, no ato de transformar o mundo. Segundo Freire a palavra verdadeira é autêntica, caso contrário torna-se inautêntica, ou seja, incapaz de transformar a realidade e passível de um processo de dominação e opressão. Quando esgotada a possibilidade de a palavra ser instrumento de ação e transformação torna-se oca, alienada e alienante, deixando de denunciar a opressão existente no mundo daquele que é oprimido.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1987, p. 78)

O silêncio institui-se quando a palavra deixa de ser um ato reflexivo que em sentido vazio de existência se transforma na ação pela ação, portanto a palavra somente estará presente em sentido verdadeiro quando presente também estiver sua força transformadora. A palavra verdadeira que é transformadora é também um direito, o direito de todos os homens em sentido de igualdade se pronunciarem perante o mundo. Assim sendo o diálogo não é apenas transmissão, mas um encontro de pronúncias entre os homens mediatizados pelo mundo e contextualizados por suas significações sejam elas sociais, ideológicas e ou políticas.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p.79).

Segundo Freire (1987) para que seja um ato de liberdade o diálogo deve ser também amoroso. É através do amor que o ato dialógico será verdadeiro não estando fundado por qualquer tipo de dominação, pois como a palavra o ato amoroso caminha para liberdade. O amor é compromisso e sinceridade, um sentimento de pureza que coloca o homem em constante relação de solidariedade na busca do bem. Não havendo amor o diálogo torna-se um ato de arrogância, intolerância e dominação, é preciso haver na dialogicidade amor pelo mundo, pela vida e pelos outros sujeitos de transformação.

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos. (FREIRE, 1987, p. 81).

De acordo com Freire (1987), o amor gera a confiança e é confiando uns nos outros que os homens constroem juntos uma verdadeira relação dialógica, onde unidos podem transformar o mundo. Essa confiança será base para que um sujeito possa compreender a intenção de outro sem desconfiança ou medo, pois o medo e a desconfiança ao contrário da libertação aprisionam e desesperam. O diálogo pauta-se também na esperança de mundo mais justo e igual, o homem deve, portanto, na sua relação de ser transformador do mundo buscar a justiça por meio da esperança, não havendo pronúncia verdadeira sem a fé na transformação.

O desespero é uma espécie de silêncio, de recua do mundo, de fuga. No entanto a desumanização que resulta da “ordem” injusta não deveria ser uma razão de perda da esperança, mas, ao contrário, uma razão de desejar ainda mais, e de procurar sem descanso, restaurar a humanidade esmagada pela injustiça. Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. (FREIRE, 1987, p.82)

Para Paulo Freire o diálogo verdadeiro não acontece por um processo estático, mas acontece pela ação do sujeito que percebe o mundo na situação de ser da *práxis* e aceita de forma solidária que outros sujeitos sejam com ele agentes de mudança. A dialogicidade opõe-se ao tempo histórico do pensar ingênuo quando o homem calado obedecia sem pensar e sem sentir-se um ser do mundo. Na perspectiva dialógica a criticidade naturaliza-se a fim de que as

diferenças possam ser negadas com base no processo humanizador do homem que inclui a constante prática da liberdade. A situação dialógica autêntica será construída por um conjunto de indivíduos mediatizados pelo mundo e contextualizados por um contingente de significados, sejam eles seus anseios, sua esperança ou a luta por um mundo mais justo e humano. Cabe na linguagem do homem oprimido o anseio pela libertação, a consciência verdadeiramente transformadora de si mesmo “e do mundo *em* que e *com* que está”

Os homens [...] ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele [...] não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica. (FREIRE, 1987, p. 89)

Na comunicação dialógica a palavra é apreendida dentro de sua riqueza humana, permeada pela significação do homem com o mundo em sua pluralidade reflexiva assumindo uma postura crítica geradora da própria experiência existencial dos sujeitos que tendem a superação histórica da opressão de classe. E partir do diálogo o sujeito como um ser histórico transforma o presente e cria o futuro:

Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devir [...] o ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem pedaços estanques de tempo que ficassem petrificados e nos quais os homens estivessem enclausurados. (FREIRE, 1987, p.92)

De acordo com Paulo Freire, se por um lado a dialogicidade é práxis, ação e reflexão, a ação antidialógica por sua vez é dominação. A matriz antidialógica dominadora do homem é autoritária, coloca um sujeito acima dos demais, sem deixar abertura de pronunciamento em uma perspectiva democrática, sendo o esforço revolucionário de transformação possível somente quando realizado em comunhão e igualdade na busca pela justiça social. Não pode o diálogo ser ferramenta de designação, onde homens oprimidos cumprem o que foi lhes foi designado, ao contrário, todos devem ser parte da criação do e com o mundo. Se o compromisso com o diálogo verdadeiro é a transformação, não pode haver nesse processo o reconhecimento maior de uns e menor de outros, uma vez que todos devem ser reconhecidos pela capacidade criadora da *práxis* revolucionária.

No momento em que a palavra pronunciada tende a ser um ato de imposição a comunicação torna-se antidialógica em contradição ao principal objetivo dialógico que é a libertação dos sujeitos oprimidos.

Se o compromisso verdadeiro com eles, implicando a transformação da realidade em que se acham oprimidos, reclama uma teoria da ação transformadora, esta não pode deixar de reconhecer-lhes um papel fundamental no processo de transformação. Não é possível à liderança tomar os oprimidos como meros fazedores ou executores de suas determinações; como meros ativistas a quem negue a reflexão sobre o seu próprio fazer. [...]. Por isto, na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos, se esvazia conseqüentemente, na sua. (FREIRE, 1987, p. 122).

Ainda segundo Paulo Freire, a ação dialógica no caminho da transformação é um processo de comunhão, realizada em unidade, sem redução de responsabilidades, ou seja, todos sujeitos são seres de transformação, responsáveis pela mudança. Quando o pronunciamento e a determinação do fazer é realizado exclusivamente por uma pessoa torna-se passível de manipulação, prescrição e dominação sobre os outros. No diálogo autêntico, na comunicação verdadeira não há negação ou restrição da palavra, negar a palavra é negar o direito de pronúncia, negando assim a existência dialógica. O diálogo é ação conjunta, onde os homens em grau de igualdade e em direito pleno de pronunciamento podem problematizar e transformar a situação real e concreta em que se encontram. A palavra quando conduzida de forma exclusiva se transforma em um depósito de ideias dominantes e nega aos outros o direito de originar e criar novos pensamentos se não aquele pré-anunciado por aquele que o dita, tornando-se opressor dos sujeitos, faz-se assim uma situação adaptativa e não criativa sobre o processo reflexivo da palavra.

O que não se pode realizar, na *práxis* revolucionária, é a divisão absurda entre a práxis da liderança e a das massas oprimidas, de forma que a destas fosse a de apenas seguir as determinações da liderança. Esta dicotomia existe, como condição necessária, na situação de dominação, em que a elite dominadora prescreve e os dominados seguem as prescrições. Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo. (FREIRE, 1987, p. 123)

Nesta perspectiva comunicativa, adaptar o pensamento ao de quem o pronuncia de forma dominadora é silenciar os demais sujeitos que devem ser protagonistas do processo revolucionário de transformação, é excluir a autenticidade do diálogo e a práxis verdadeira, que se faz em comunhão. A dominação não é comunicação: ao contrário do domínio ela se faz através do pensamento criativo, da denúncia, do questionamento e da problematização do

mundo, mediante uma relação intersubjetiva e humana, em relação de proximidade entre e com os sujeitos os quais se pretendem a transformar o mundo.

Nesta teoria da ação, exatamente porque é revolucionária, não é possível falar nem em ator no singular, nem apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação. [...]. Não há nada, contudo, de mais concreto e real do que os homens no mundo e com o mundo. Os homens com os homens, enquanto classes que oprimem e classes oprimidas. O que pretende a revolução autêntica é transformar a realidade que propicia este estado de coisas, desumanizante dos homens. (FREIRE, 1987, p. 126)

Ressalta-se a perspectiva dialógica da comunicação na sua existência de comunhão entre os sujeitos que em conjunto buscam desenvolver uma consciência verdadeira e transformadora do mundo, aprofundando a problematização das classes oprimidas em busca da ação revolucionária. “Não há história sem homens, como não há uma história para os homens, mas uma história de homens que, feita por eles, também os faz.” (1987, p. 127).

Assim também o diálogo é instrumento de libertação devendo conduzir os sujeitos em um ato reflexivo de liberdade compartilhada. Qualquer que seja o caminho que se distancie da opressão e domesticação será conduzido em comunhão pelos sujeitos em uma situação a qual estarão organizados pelo diálogo crítico e libertador.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta pela libertação. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos como instrumentos de “domesticação”. (FREIRE, 1987, p. 52)

Na situação dialógica o sujeito reconhece ao outro enquanto um ser oprimido e nessa condição motiva-o a transformar o mundo em sentimento de reciprocidade, amor, união e cooperação. “Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento.” (Freire, 1987, p. 56).

Entende-se na perspectiva de Paulo Freire o diálogo como ação política de transformação, onde os sujeitos oprimidos transcendem à condição de seres livres. Sendo ação política jamais pode ser realizada sozinha por um ser isolado, será um engajamento coletivo daqueles que anseiam pela liberdade como transformação de sua condição histórica e social. É

no desenvolver da consciência coletiva que se manifesta o verdadeiro diálogo, indutor do reconhecimento do homem para com os outros em um contexto de significações históricas e sociais.

2. DO PERCURSO METODOLÓGICO AO OBJETO EMPÍRICO

A formação na área de Relações Públicas expõe ao acadêmico um conjunto variado e paradoxal de conceitos para o estudo dos processos de Comunicação na Sociedade. No entanto, conforme menciona a autora Kunsch (2010) a ênfase na comunicação em seu aspecto de humanização tem tido pouco destaque nesta área acadêmica. Da preocupação pela busca de um paradigma comunicacional que manifeste uma perspectiva de humanização nas práticas organizacionais, esta pesquisadora localizou na obra de Paulo Freire uma possibilidade de concretização deste viés humanizante.

Mas como o diálogo requer um conjunto de características contextuais geralmente pouco presentes em organizações tradicionais, dado seu viés hierárquico, as fontes empíricas para a verificação da construção do processo dialógico foram buscadas na Economia Solidária que, ao proporem o princípio da autogestão, aproximam o diálogo das práticas cotidianas de organização destes empreendimentos solidários.

2.1. Etapas metodológicas

Este trabalho tem como método de pesquisa a fundamentação teórica, pesquisa e análise documental, definida segundo Moreira (in Duarte e Barros, 2005) como a identificação, verificação e apreciação de documentos para um objetivo específico; e observação participante, conforme Peruzzo (in Duarte e Barros, 2005, p. 125) “A pesquisa participante consiste na *inserção* do pesquisador no *ambiente natural* de ocorrência do fenômeno e de sua *interação* com a sua situação investigada”. Esse processo permitiu, ao longo de sua realização, verificar as características da comunicação autogestionária nos empreendimentos de Economia Solidária, como também, averiguar se há elementos da dialogicidade nas práticas comunicacionais de organização dos grupos.

As etapas metodológicas podem ser listadas como segue:

1) Pesquisa bibliográfica;

A elaboração dos conceitos de referência entre a Comunicação e a Autogestão ocorreram através da pesquisa bibliográfica. No caso da comunicação, optou-se pela proposta dialógica advinda da leitura do ensaio “Extensão ou Comunicação?” de autoria de Freire (1983). O caso da Autogestão foi referenciado nos autores Gaiger (2006), Singer e Souza (2000) e Santos (2002). O estudo destas obras resultou no seguinte quadro conceitual:

Quadro 2 – Conceitos de referência teórica: dialogicidade e a autogestão.

Comunicação (dialogicidade)	Cooperativismo (autogestão)
- Diálogo	- Gestão participativa (democrática)
- Relação social	- Racionalidade coletiva
- Ação coletiva	- Sistema de valores compartilhados
- Aproximação	- Reciprocidade coletiva de conteúdo simbólico com base nos valores associativistas:
- Consciência	
- Reflexão crítica	
- Participação	
- Cooperação	- Solidariedade
- Desenvolvimento democrático	- Cooperação
- Instrumento de transformação social	- Equidade
- Ação cultural	- Justiça
- Mediação entre os atores sociais	- Democracia
- Libertação	- Desenvolvimento humano
- Autonomia	- Participação
- Socialização dos valores no coletivo	- Autonomia coletiva

A fim de compreender se os processos comunicativos investigados se aproximam do fundamento dialógico e autogestionário proposto pelos autores citados os conceitos do Quadro 2 serviram como guia conceitual para a observação participante realizada em campo.

Como complemento elucidativo à pesquisa bibliográfica descrita acima foi realizada análise do processo de constituição da Economia Solidária no Brasil e na localidade de Santa Maria – RS, tendo como base pesquisa bibliográfica referenciada nas publicações da Arquidiocese de Santa Maria, Cáritas Brasileira e dados do Projeto Esperança Coesperança, que compõe o subcapítulo 2.2.

2) Pesquisa Documental;

Visita ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí - SC (CEPESI) e posterior análise do estatuto e regimento interno deste espaço. Por serem documentos de referência nacional permitiram a análise dos princípios da autogestão e do diálogo nas práticas organizativas de Economia Solidária, desde sua base jurídica.

3) Observação Participante;

O terceiro momento caracterizou-se pela observação participante nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis – FRES de Florianópolis, os dados transcritos destas reuniões foram analisados buscando as proximidades e distanciamentos evidenciados em relação aos conceitos de dialogicidade e autogestão fundamentados no capítulo I.

O primeiro contato de campo com práticas organizativas de Economia Solidária teve início em junho de 2016 na cidade de Santa Maria – RS, juntamente ao Projeto Esperança – Cooesperança, assim constituiu-se o subcapítulo 2.2 como eixo de uma análise inicial geradora de sentido para a compreensão prática da Economia Solidária a partir da realidade local.

O contato inicial com o campo de investigação em Itajaí e Florianópolis ocorreu ainda em Santa Maria durante a realização da 23ª Feira Internacional do Cooperativismo. Especificamente entre os dias 8 a 10 de julho de 2016 realizou-se a observação e o contato com os grupos regionais de Santa Catarina. Destes contatos emergiram os dois tópicos seguintes desta investigação.

O segundo momento de campo realizou-se durante a visita ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI). Nesse momento houve o reconhecimento da estrutura organizativa do CEPESI, entrevista com o presidente e retirada do estatuto e regimento interno. Os documentos servem de referência para organização jurídica e legal dos empreendimentos de Economia Solidária de Itajaí e Florianópolis. Diante da análise dos referidos documentos foi realizada a segunda etapa da pesquisa.

O contato com o grupo regional de Economia Solidária de Florianópolis realizado durante a Feira Internacional do Cooperativismo em Santa Maria resultou no convite para a prática de pesquisa através da participação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis que acontecem nas primeiras quintas-feiras de cada mês. A pesquisa nas reuniões ocorreu durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2016. Segundo Monteiro e Keil (1982), a sistemática de reuniões semanais, visando a discussão e operacionalização da cooperação, reforçam a prática de uma democracia direta, isto é, de autogestão.

O estudo das publicações do Projeto Esperança – Cooesperança constituíram o primeiro momento de aproximação entre as teorias do diálogo e da autogestão e seus desdobramentos nas práticas organizativas da Economia Solidária. Nesse sentido, o subcapítulo abaixo possui o viés singular de apresentar a Economia Solidária como campo de pesquisa ao mesmo tempo

em que elucida seus conceitos e princípios fundamentais que serão necessários para a continuidade do processo investigativo.

2.2. Construindo o objeto empírico: o Projeto Esperança – Cooesperança

O presente subcapítulo refere-se à análise bibliográfica do Projeto Esperança – Cooesperança, presente na cidade de Santa Maria - RS. Através do Projeto foi possibilitado o primeiro contato de campo os grupos de Economia Solidária, levando posteriormente ao encontro com empreendimentos de Itajaí e Florianópolis que seguem nos capítulos de análise. Com o intuito de apresentar o campo de pesquisa, bem como alguns conceitos introdutórios, o tópico a seguir refere-se ao surgimento e desenvolvimento local do Projeto Esperança – Cooesperança, suas relações com a autogestão e com a Economia Solidária.

2.2.1. O surgimento do Projeto Esperança-Cooesperança

Marcado pela trajetória da Economia Popular e Solidária e também pela diversidade de iniciativas de solidariedade é fundado em 15 de agosto de 1987 por Dom Ivo Lorscheiter e pela Cáritas Diocesana de Santa Maria, o Projeto Esperança, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Secretaria Nacional da Economia Solidária e demais entidades. Dom Ivo Lorscheiter, fundador do projeto, assumiu-se bispo de Santa Maria no ano de 1974. Nascido na cidade de São José do Hortênsio em 1927, era advindo de uma família de pequenos agricultores e quando chegou à Santa Maria defrontou-se com o forte movimento rural e também com o encravamento dos grandes latifundiários. Foi reconhecido desde cedo como uma forte liderança política, manifestando-se contra o regime militar, vigente na década de 70 e também contra a exploração do sistema latifundiário.

A iniciativa do Projeto foi assumida pela Igreja Católica, comprometida com o movimento de libertação, luta e mobilização da classe trabalhadora, na busca por alternativas sociais e econômicas autogestionárias. O Projeto Esperança fundou-se pelo princípio da solidariedade libertadora, apoiado pela Arquidiocese de Santa Maria, integrado com a Cáritas Regional do Rio Grande do Sul e ao movimento da Economia Solidária. Através de grupos de estudos organizados juntamente com professores da Universidade Federal de Santa Maria, técnicos da EMATER e militantes da área do cooperativismo iniciou-se um círculo de debates e mobilização sobre as novas modalidades de organização econômica no combate à pobreza.

A motivação para pôr em prática essas ideias veio do Livro de Albert Tévoédjéré, “A pobreza, riqueza dos povos”. Nessa obra o autor apresenta projetos de solidariedade que foram capazes de reinventar a economia vigente a partir da conscientização das comunidades de base. Dom Ivo sempre defendeu a ideia da inclusão social aproximando ações que visavam o resgate da cidade junto aos grupos sociais, focando no processo de pequenas iniciativas associativas e comunitárias.

Desde o início o Projeto Esperança fundamenta-se pela articulação e congregação de experiências da Economia Popular e Solidária, acompanhando os seguintes preceitos:

a) Valores: gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor. b) Princípios: autogestão, respeito à diversidade/complexidade, convivência solidária com a natureza e cuidado com o meio-ambiente, democracia, descentralização/desconcentração do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber), co-cidadania. [...] d) Democratização do Saber: as experiências alternativas solidárias oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante. e) Valorização da vida do consumidor, estabelecendo-se uma relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003, p. 72-73).

A iniciativa do Projeto em Santa Maria foi possível devido aos Fundos Solidários e aos Projetos Alternativos Comunitários, que apoiaram grupos e comunidades rurais e urbanas, sendo a Diocese de Santa Maria pioneira na construção dos PACS no estado do Rio Grande do Sul.

Em 29 de setembro de 1989, vinculado ao Projeto Esperança deu-se vida ao Projeto Cooesperança, constituindo uma cooperativa mista de pequenos produtores rurais e urbanos. “A Cooesperança bebeu da mesma fonte e teve a mesma disposição dos pioneiros do cooperativismo autêntico no século XIX e de tantas outras lutas e organizações emancipatórias populares no Brasil e no mundo.” O objetivo era viabilizar a comercialização direta de produtos produzidos no campo e na cidade, fortalecendo a ideia do cooperativismo. Em essência nasceu e se desenvolveu como um empreendimento coletivo e solidário de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, baseado na autogestão e no desenvolvimento sustentável, existindo de forma integrada ao Projeto Esperança e à Economia Solidária.

Congregado à Economia Popular e Solidária, o Projeto Esperança atua alicerçado no associativismo, na solidariedade, na cidadania e no cooperativismo, possibilitando alternativas concretas de democracia que colaboram no desenvolvimento humano, solidário e sustentável. Desde sua fundação o projeto reivindica a existência e sustentabilidade da Economia Solidária, colocando o trabalho e o trabalhador acima do capital, a fim de que os membros possam atuar no pleno direito da cidadania.

O Projeto Esperança conta com a cooperação da Misereor da Alemanha (entidade social da Igreja Católica), das Cáritas Brasileira, Cáritas do Rio Grande do Sul, Governo Federal e demais parceiros que ao longo da história contribuíram de forma cooperativada. Tem como missão incentivar o desenvolvimento social, proveniente do cooperativismo solidário, tendo como aspectos principais a mística cristã, a autogestão, à distribuição justa da terra e dos frutos de trabalho, defesa do meio ambiente, a existência e fortalecimento da consciência e produção agroecológica. Todos esses aspectos confluem com os valores da Economia Solidária, que especificamente almeja uma sociedade justa, economicamente viável, ambientalmente sustentável e sadia, organizadamente cooperativada e politicamente democrática.

2.2.2. O Projeto Esperança Cooesperança

Oriundo dos PACS, o Projeto Esperança Cooesperança é um movimento de organização popular que luta por políticas públicas, que possibilitem a inclusão social, combatendo a fome, a miséria e a exclusão que o modo capitalista de produção torna cada dia mais crescentes. Notadamente o desemprego é uma questão que estrutura a forma pela qual o capital intervém na vida dos indivíduos sociais, concentrando a riqueza e o poder nas mãos de poucos, oferecendo às partes remanescentes condições precárias de sobrevivência, com pouca ou exígua dignidade existencial.

O Projeto desde sua fundação defende a ideia de que o Estado deve atender as demandas políticas e sociais da população que quanto mais articulada e organizada for, mais força e poder ganha na construção do novo modelo de desenvolvimento social, concretizando a justiça, a fraternidade e solidariedade. Considera importante a participação coletiva e universal de todos que almejam uma sociedade de direitos, digna de se viver.

Associada ao Projeto Esperança está vinculada a Teia da Esperança, uma rede de empreendimentos solidários, criada em 14 de janeiro de 2003, com o objetivo de articular os diversos empreendimentos solidários em espaços fixos de comercialização direta em vários municípios da região centro do Rio Grande do Sul.

O principal ponto de articulação dos empreendimentos solidários do Projeto Esperança Cooesperança está localizado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, especificamente no Centro de Referência de Economia Solidária, Dom Ivo Lorscheiter. O primeiro Terminal de Comercialização Direta foi inaugurado em 5 de junho de 1989 com subsídios financeiros da Misereor da Alemanha, posteriormente em 21 de dezembro de 2001, “financiado com recursos do Orçamento Participativo (OP) do Governo Olívio Dutra através do Departamento de

Economia Popular e Solidária (DEPSOL), e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul”, inaugura-se o segundo Terminal de Comercialização Direta dos Empreendimentos Populares Solidários. O Centro de Referência de Economia Solidária mantém-se com apoio da Prefeitura Municipal de Santa Maria e também através dos empreendimentos solidários vinculados ao Projeto Esperança Cooesperança. Tem como missão fornecer um espaço de consumo justo, ético e solidário, sendo administrado de forma autogestionável pelos associados aos empreendimentos solidários.

Com a criação do Centro de Referência da Economia Solidária foi possível consolidar a ideia de feiras locais, regionais, nacionais e também internacionais. No dia 1 de julho de 1994 aconteceu a primeira Feira do Cooperativismo que contou com a participação de 13 municípios do estado do Rio Grande do Sul e com um contingente de mais de 4.000 pessoas participantes. A partir do impacto que a Feira proporcionou foi possível expandir a divulgação do Projeto Esperança e ampliar a abrangência das Feiras à âmbito Internacional. Hoje o espaço recebe o maior evento de Economia Solidária, conhecido como Feira Internacional do Cooperativismo, que no ano de 2016 chegou a sua vigésima terceira edição e também a décima segunda edição da Feira Latino Americana de Economia Solidária.

É também no Centro de Referência da Economia Solidária que todos os sábados, das 7h às 11h30, é realizado o Feirão Colonial, criado em 1º de abril de 1992. O Feirão Colonial ampliou o espectro de possibilidades para o desenvolvimento da Economia Popular e Solidária através da comercialização de produtos coloniais caseiros e artesanais, hortigranjeiros ecológicos, confecções, serigrafias, artesanatos em material reciclado e produtos da agroindústria familiar. Assim a geração de renda advém para muitos empreendedores de forma organizada e valorizada nos preceitos da inclusão social e da cidadania. O Feirão Colonial corrobora também com a Reforma Agrária através da comercialização de produtos sustentáveis advindos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O Projeto Esperança Cooesperança apoia diretamente a Agricultura Familiar e a Agroecologia, trabalhando no processo de conscientização das agricultoras e agricultores, que comercializam produtos sem agrotóxicos e sem aditivos químicos, respeitando o meio ambiente no processo qualitativo de geração do trabalho e renda. Na linha dos vários empreendimentos solidários o Projeto Esperança Cooesperança mantém parceria com os Catadores de Materiais Recicláveis da cidade de Santa Maria. Com eles articulam-se políticas públicas para a preservação e sustentabilidade do meio ambiente, além de fortalecer a consciência de que são eles sujeitos transformadores da realidade, qualificadores da vida de todos os cidadãos locais.

Nas linhas do Projeto Esperança Cooesperança está enraizada a autogestão, que significativamente proporciona uma rede de empreendimentos solidários de forma que os próprios membros empreendedores se relacionem em uma perspectiva horizontal, de decisões participativas e compartilhadas.

Dessa forma, a autogestão envolve entre outros os seguintes elementos: democracia; transparência na forma de organização o, funcionamento e tomada de decisões; autonomia e corresponsabilidade das pessoas envolvidas. Nesse processo se busca uma gestão compartilhada ou participativa entre os diferentes atores envolvidos, o que significa dizer que todas as pessoas, a partir do seu espaço específico de inserção, são construtoras e corresponsáveis por um processo coletivo. (ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA, 2015, p. 11).

Desde 1987 e ainda atualmente a coordenadora do Projeto Esperança Cooesperança é Lourdes Dill, mais conhecida como Irmã Lourdes. Nascida em São Paulo das Missões, adveio como Dom Ivo, de uma família de pequenos agricultores, dedicando sua vida à militância religiosa solidária. Para muitos membros do Projeto Esperança Cooesperança Lourdes representa uma forte contribuição no processo de legitimação da Economia Solidária.

Tenho certeza que o Projeto Esperança é muito importante para a economia solidária: primeiro porque ele é o pioneiro na comercialização coletiva da produção das cooperativas [...]; segundo porque vem organizando feiras de âmbito cada vez maior que agora já ultrapassou o território nacional, atingindo todo o Mercosul; terceiro o exemplo do Projeto Esperança vem se multiplicando pelo Brasil em muitos projetos de desenvolvimento local de dentro para fora e baixo para cima. O Projeto Esperança é uma demonstração viva de que a ajuda mútua é uma força poderosa que supera todo tipo de carências. (SINGER in: SARRIA ICAZA, FREITAS, 2006, p. 129).

Por meio das lideranças como Irmã Lourdes, Dom Ivo, entidades e membros de apoio, o Projeto Esperança Cooesperança congrega muitas realizações evidentes nas atividades de comercialização, nos movimentos sociais e culturais. Por meio de lutas e de um forte apoio popular consegue transformar a realidade local em experiências de Economia Solidária autogestionáveis, o que para muitos era considerado sonho e utopia. O Projeto Esperança Cooesperança é para o Brasil um modelo de referência na Economia Solidária, contribui legitimamente com o desenvolvimento econômico e social atuando por meio da força coletiva e da solidariedade.

3. ANÁLISE DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A pesquisa em torno do Projeto Esperança - Cooesperança permitiu vislumbrar a presença dos princípios da autogestão e da dialogicidade na constituição da trajetória histórica dos movimentos sociais que deram origem aos atuais projetos de Economia Solidária. A existência desses princípios no presente será examinada nos documentos normativos que regem o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí – SC (CEPESI) e na análise das reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária (FRES) de Florianópolis.

3.1. Análise documental – Centro Público de Economia Solidária de Itajaí/SC.

A análise documental a seguir foi possibilitada através do contato com a coordenação do Centro Público de Economia Solidária (CEPESI) de Itajaí/SC, contato este que teve seu início no encontro com a coordenação do CEPESI ocorrido durante a 28ª Feira Internacional do Cooperativismo em Santa Maria em julho do ano de 2016. Ainda no mês de julho do mesmo ano foi realizada uma visita ao referido centro, vista esta que foi mediada pelo seu Presidente, este apresentou os empreendimentos e espaços que compõe o Centro Público de Economia Solidária, explicou seu processo de organização e disponibilizou o Estatuto e o Regimento Interno que são objeto de análise do presente tópico. Objetivou-se, nesse contexto identificar a existência de aspectos da comunicação dialógica no contexto de organizações de Economia Solidária presentes nos documentos do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí/SC.

De acordo com o presidente do CEPESI, a formação do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí iniciou no ano de 2005 através de empreendimentos de Economia Solidária que já atuavam no município. Sua criação adveio, assim como em Santa Maria, da necessidade em haver um local fixo para comercialização de produtos, troca de experiências entre os associados e também da demanda por uma estrutura que pudesse atender a formação de grupos em Economia Solidária.

Segundo o material informativo recebido, a aquisição do espaço foi possibilitada com apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda do Município; Fundação Banco do Brasil; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e também em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Em fevereiro do ano de 2007 inaugurou-se o CEPESI, com o propósito de ser um espaço para produtores e consumidores participarem de forma colaborativa com a rede de Economia Solidária do estado de Santa Catarina. Atualmente, o CEPESI conta com o apoio e fomento de quatro entidades, sendo elas: a Ação Social Paroquial São João, Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, Centro dos Direitos Humanos de Itajaí, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Tem como gestor público a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.

Durante a visita mediada ao CEPESI consultou-se também o gerente e presidente do CEPESI, questionando-o sobre a relação de participação e diálogo entre os membros associados na constituição da organização.

A análise documental realizada a seguir pretendeu apreender e analisar um campo de possíveis significações dialógicas. Deste modo, acredita-se no Estatuto Social e no Regimento Interno do CEPESI como documentos passíveis de análise conceitual, elaborado com intuito de uma aplicação prática, condicionado em seu contexto de significação cultural e social. Busca-se, nos documentos, investigar a aproximação dos elementos conceituais da dialogicidade e da autogestão referenciados no Quadro 2 do capítulo 2.

Partindo da análise do Estatuto Social encontra-se como objetivo do CEPESI, no Artigo 3, parágrafo terceiro: “A formação e controle das ações que estimulem e garantam a prática efetiva da autogestão e da cooperação numa proposta social, econômica e solidária;”, ressalta-se no parágrafo o estímulo, garantia e a prática efetiva da autogestão.

No Quadro 2 o conceito de participação aparece atrelado tanto à dialogicidade quanto à autogestão, a presença deste elemento no estatuto ratifica esta aproximação. Para que haja legitimidade na prática do diálogo, fundamental ao processo de comunicação interpessoal, as ações não somente se fazem, mas se concretizam no ato de **participação** (cooperação) dos atores nelas envolvidos. Freire (1985, p.7) ressalta que a dialogicidade aparecerá sempre permeada pelo contexto social, histórico e cultural de cada homem, que por ser sujeito relacional, relaciona-se em um conjunto de ações e significações coletivas e solidárias. Está contida na dialogicidade, que é também uma proposta social, por se tratar de atores e interações sociais, a capacidade de cada membro em se adaptar à outra pessoa, ao contexto e ao tipo particular de relação em que está envolvido. Assim, a garantia e estímulo de práticas cooperativas corroboram o processo autogestionário dos grupos associados, que em troca e solidariedade partilham democraticamente elementos específicos de sua ação e significação cultural.

[...] nos damos conta de que as palavras, seu sentido, seu contexto, as ações dos homens, sua luta por dominar o mundo, por impor sua marca na natureza, sua cultura e sua história, formam um todo em que cada aspecto tem sua significação não apenas em si mesma, mas em função do resto (CHONCHOL (1968), *apud* FREIRE, 1983, p.11).

A perspectiva da dialogicidade pode ser observada no estatuto, em Artigo 4, parágrafo XVI: “Fomentar entre os associados o espírito de solidariedade visando a comunhão de interesses, contribuindo para a pessoa humana, despertando nelas a consciência dos direitos humanos e deveres dos Associados e motivando-os a participarem das atividades do CEPESI na plenitude de seus direitos”.

Nota-se, neste parágrafo, a atribuição de elementos que dizem respeito à prática da **dialogicidade**, traduzida como comunhão de interesses que contribuam para a pessoa humana, no despertar da consciência dos sujeitos, em gozo de seus direitos e deveres motivando-os ao exercício de participação.

Na perspectiva do diálogo em Freire, a tomada de consciência se faz como etapa fundamental, compreendida em uma ação de humanização em que o homem consciente é capaz de transformar o mundo. Transforma antes mesmo o seu próprio mundo através da consciência, assim consegue assimilar seus direitos e deveres enquanto ser em contínuo processo de humanização, que solidariamente contribui para a existência coletiva do mundo.

No caso do estatuto do CEPESI, percebe-se que a proposta de desenvolvimento da comunicação dialógica evidencia-se como conceito estratégico a ser fomentado pela organização.

No que consta sobre direitos dos associados ao Centro Público de Economia Solidária, segue o seguinte preceito, Artigo 11, parágrafo I: “Compor o Conselho de Administração e Assembleia Geral, através de seus representantes nomeados para tal, podendo discutir, votar e ser votado, observando as regras de eleição do CEPESI; Subsequentemente como direito em parágrafo II, “apresentar à apreciação da Administração do CEPESI, propostas ou interesses dos grupos;”, podendo “fazer parte de Comissões ou Projetos para os quais forem nomeados;” e também “recorrer das decisões da Administração do CEPESI ou do Conselho de Administração à Assembleia Geral;”. “Ter espaço de comercialização, propaganda e participação em eventos, feiras, conforme decisão do coletivo;”. (Tomada de decisão coletiva). Ressalta-se aqui outro conceito pertinente à autogestão e à dialogicidade (Quadro 2): a **tomada de decisão coletiva**, sendo ela um processo também de aprendizagem e transformação na relação entre o homem e o mundo.

Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si” (FREIRE, 1987, p. 28).

Segundo Freire, a matriz da dialogicidade se encontra no contraponto à antidialogicidade. O autoritarismo, por exemplo, refere-se à preceitos antidialógicos, podendo em dadas circunstâncias de análise, vincular-se até mesmo com uma invasão cultural. Há nessa invasão antidialógica o pressuposto de um sujeito invasor, que invade determinado espaço cultural, onde “as relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas.” (Freire, 1987, p.26).

Para que haja, entretanto, a efetivação dialógica nesse contexto é preciso a apreensão (ato de aprender e apreender) daquilo que tende a ser favorável ao **coletivo** em situações existenciais concretas. As **decisões coletivas** derivam também da *práxis* humana, onde o sujeito consciente de si e para com os outros atua de forma reflexiva, percebendo e transformando a realidade em que vive. A isso refere-se Freire:

Na percepção da presença de um fato está incluída a percepção de suas relações com outros. São uma só percepção. Por isto, a forma de perceber os fatos não é diferente da maneira de relacioná-los com outros, encontrando-se condicionadas pela realidade concreta, cultural, em que se acham os homens. (FREIRE, 1987, p. 17).

Soma-se aos direitos dos Associados, presente em estatuto: “Cada Empreendimento, Entidade, Instituição Filiada ou Parceira do CEPESI deverá nomear 1 (hum) Representante Efetivo e (hum) Representante Suplente de sua entidade, para participar das reuniões do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais realizadas pelo CEPESI. “Cada Empreendimento, Entidade ou Instituição terá direito a um voto no Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais do CEPESI, cabendo ao Representante Suplente substituir o Representante Efetivo nos seus impedimentos de participação das Reuniões do Conselho de Administração ou Assembleia Geral. ”

Das Obrigações dos Associados, artigo 12, como deveres dos associados ao CEPESI, constante em parágrafo 8: “Assumir suas funções dentro do CEPESI de forma leal, correta, preservando, desta forma, a unidade de todos para o bem comum. ” O artigo 17 ainda indica “Opinar efetivamente participando com ideias inovadoras para Administração do CEPESI”.

O artigo 17 ressalta mais uma vez o viés da participação, destacando que os membros associados devem “opinar”, “participando com ideias inovadoras”. Para Freire, “o diálogo é a base de uma autêntica educação” (1987, p.8), e só pode assim o ser quando os sujeitos atuantes e participantes desenvolvem o conhecimento autêntico com base na reflexão e ação (práxis). Por conseguinte, “opinar efetivamente participando com ideias inovadoras”, remete à formação de uma opinião reflexiva onde os homens, não mais sujeitos passivos, “trabalham para a sua própria realização humana” no caminho da libertação e do bem comum. “Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. ” (Freire, 1987, p.14). Assim a comunicação não é apenas um ato de transferência, mas sim um ato colaborativo entre os indivíduos, em uma **forma crítica (reflexão crítica)** de perceber e atuar no mundo. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. ” (Freire, 1987, p. 28).

Ao que se refere “a unidade de todos para o bem comum”, pode-se compreender os indivíduos em um processo de consciência e percepção integralizada, atuantes da forma autêntica em um processo de dialogicidade consciente que:

“Bem realizado, permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam. ” (FREIRE, 1987, p.22-23).

A ênfase na participação e nas decisões coletivas também são evidenciadas no Capítulo V, sobre a constituição das Assembleias Gerais: Artigo 14: “As Assembleias Gerais, órgão supremo do CEPESI, cujas decisões são soberanas e vinculam a todos, ainda que ausentes, são constituídas pelos Associados em pleno gozo de seus direitos. ” Parágrafo terceiro: “As Assembleias Gerais normais ou excepcionais funcionarão em primeira instância com a presença mínima de 75% dos Associados ativos em pleno gozo de seus direitos de voto e em segunda convocação com qualquer número de Associados, exceto no caso previsto no artigo 37;” Dentre as pautas constantes em assembleia podem estar presentes: Artigo 18, parágrafo I: “Prestação de contas da Diretoria Executiva;” II: “Eleição, posse, desligamento ou destituição dos componentes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;” IV: “Alterações do Estatuto Social;”.

Havendo no espaço social a **democracia colaborativa (desenvolvimento democrático)**, acredita-se haver aspectos de dialogicidade e também de resistência cultural às influências antidialógicas. Sobre o sujeito invasor autoritário antidialógico, explicita Freire:

O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são “pensados” por aqueles. (FREIRE, 1987, p.27).

Em detrimento ao antidialogismo, o processo de **abertura participativa** nas Assembleias Gerais, com vistas a pautar assuntos de interesse **coletivo** por parte dos associados (**ação coletiva**), colabora na existência processual do diálogo, na clareza e na escolha das ações.

Nas entrelinhas constitutivas da antidialogicidade os elementos se contrapõem a qualquer abertura na tomada de decisões, discussões ou proposições que sejam permeadas pelo pensamento crítico, acontece o que poderíamos chamar, segundo Freire, de “domesticação” do homem. No que Freire considera como diálogo existe a prática da liberdade atrelada ao processo coletivo, evidente em estatuto nos elementos de discussão, proposição e interesse dos grupos, assim quando há liberdade há também comunicação; e se há comunicação, há diálogo. Na perspectiva dialógica manifestam-se elementos formalizados no estatuto, como a participação dos grupos envolvidos, que contrários ao movimento antidialógico de persuasão e passividade, podem ampliar coletivamente a possibilidade de atuação democrática e autogestionária.

A realidade para Freire, é mediadora do homem e de suas relações, havendo a existência dialógica quando há criticidade do homem sobre essa realidade, evidente em estatuto quando em grupo os associados têm o direito de discutir e votar, compondo e propondo ideias de forma crítica e democrática em favor do bem-estar coletivo. O elemento de ação dialógica e democrática explícito no direito ao voto dos associados, estimula o movimento dos sujeitos, no sentido da **autonomia e libertação**, ao contrário: “a manipulação contradiz, frontalmente, a afirmação do homem como sujeito, que só pode ser na medida em que, engajando-se na ação transformadora da realidade, opta e decide.” (Freire, 1987, p.27).

A partir da análise do estatuto e regimento interno do CEPESI/Itajaí foi possível perceber a inclusão de princípios comuns à dialogicidade e à autogestão nos preceitos normativos dos empreendimentos de Economia Solidária deste espaço, os conceitos em maior destaque são os da participação e da ação coletiva, considerados propulsores da reflexão crítica e do desenvolvimento democrático com autonomia e libertação.

Compreendendo a existência desses princípios, do ponto de vista histórico e também normativo, o trajeto da pesquisa estende-se a seguir ao Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis onde, desde observação participante e análise de reuniões, buscou-se identificar se esses princípios atravessam o cotidiano das práticas organizativas desses empreendimentos.

3.2. Análise de reuniões: Fórum Regional de Economia Solidária – Florianópolis/SC.

O presente capítulo refere-se à análise das reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária (FRES) da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, tendo como base a observação participante e transcrição de três reuniões do Fórum. As reuniões ocorreram nos meses de agosto, setembro e outubro de 2016 no Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina (SRTE/MTE), situado na Rua Victor Meirelles, Florianópolis (SC).

O processo de observação foi considerado participante na medida em que a presença da pesquisadora nas reuniões incitou o diálogo entre a mesma e os membros do FRES, tendo esta, participado de alguns momentos coletivos dos processos de reuniões. De acordo com Peruzzo (*in* Duarte e Barros, 2005, p.133-134) na observação participante “O pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de todas as suas atividades, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação”. A participação foi permitida pelo fato das reuniões serem abertas e livres; o que indica, de forma inicial, a presença de elementos dialógicos nesse contexto.

As reuniões eram conduzidas pela coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) que presta assessoramento organizativo ao Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis. As mediações eram realizadas também pela coordenadora e representante estadual do Fórum Catarinense de Economia Solidária, Mirian Abe Alexandre, também integrante de um empreendimento de Economia Solidária denominado Rede Vida.

A análise a seguir é composta pela seleção de fragmentos transcritos do processo de observação participante nas reuniões em contraste com os conceitos de referência da dialogicidade e autogestão indicados no Quadro 2.

3.2.1 Relato descritivo 1: reunião FRES Florianópolis

A primeira observação participante ocorreu na reunião do FRES do dia 4 de agosto de 2016, das 14h às 17h, no auditório da Superintendência de Trabalho e Emprego situado na rua Vitor Meirelles, Centro de Florianópolis. Todas as reuniões acontecem em formato circular, sendo iniciadas com a apresentação de cada participante presente. Durante a apresentação, os participantes apresentam seus nomes bem como o empreendimento de Economia Solidária do qual fazem parte. Nem todos os integrantes das reuniões são membros de empreendimentos solidários, embora todos que se fazem presentes apresentam interesse direta ou indiretamente pelo tema da Economia Solidária.

A estrutura de pauta da primeira reunião observada foi composta pelos seguintes itens: Feira Internacional do Cooperativismo de Santa Maria¹, Teia Catarina² 2016, Feiras de Economia Solidária³, formações e visita ao Fórum Municipal de EcoSol de Palhoça (SC). A abertura da reunião se deu com a coordenadora do FRES de Florianópolis e Fórum Catarinense de Economia Solidária, integrante do empreendimento Rede Vida, fazendo uma breve reflexão explicativa acerca do que é o FRES Florianópolis. Ela diz ser “[...] um lugar para se conhecer, ouvir a demanda de cada um para que de forma coletiva a gente possa se fortalecer todos juntos.” A coordenadora explica o processo coletivo de organização do FRES Florianópolis e inicia-se a montagem de pauta.

A coordenadora comenta: “Agora a gente vai construir a pauta. [...]. Às vezes a gente já tem uma demanda do movimento que precisa ser discutida no coletivo, mas também é um espaço aberto porque vocês também podem ter algumas demandas, então acho que a gente pode nesse momento construir juntos.”

¹ A **Feira Internacional do Cooperativismo** ocorre em Santa Maria (RS) anualmente, sendo um evento que congrega inúmeros empreendimentos de Economia Solidária do Brasil e também da América Latina. Nesse encontro, realizado no ano de 2016, esteve presente o empreendimento solidário Flor de Lótus, composto por integrantes do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis.

² A **Teia Catarina** é um evento de diversidade cultural que ocorreu em Florianópolis no mês de julho no Centro Integrado de Cultura (CIC). A realização desse evento conta com fóruns de discussões sobre temas diversos relacionados à cultura, rodas de conversas, exposições e atividades artísticas. No dia 27 de julho constou na realização da Teia Catarina um espaço de tempo dedicado à roda de conversa sobre o estímulo à Economia Solidária. Nessa edição ocorrida em julho de 2016 alguns integrantes do FRES de Florianópolis tiveram a oportunidade de expor seus produtos.

³ O item **Feiras de Economia Solidária** é discutido durante as reuniões onde são mencionados espaços e oportunidades recebidas para a realização de possíveis Feiras locais e estaduais as quais os empreendimentos solidários do FRES Florianópolis poderão participar se coletivamente ensejarem. As formações são discutidas como oportunidades futuras para que o grupo de forma coletiva possa estudar e crescer conhecimentos formativos em Economia Solidária, seus princípios e seu processo de significação na organização prática de cada empreendimento.

Nesse momento percebe-se a ênfase na construção do processo de discussão sobre o que está sendo pautado para a posterior discussão. Observa-se que há intensos momentos de fala que objetivam a constituição coletiva do processo, o que em consequência mostra uma dinâmica real de diálogo, o qual só pode ser constituído como tal partindo do princípio coletivo, de construção cooperada entre os atores sociais presentes no dado contexto situacional. Esse contexto situacional perpassa os **valores da autogestão**, advindos da perspectiva cooperativista apresentando o retorno das relações humanas através da **partilha coletiva, da solidariedade e da cooperação**.

O processo comunicativo ‘real e verdadeiro’, conforme Freire (1985), não pode ser realizado de forma individual, sempre estará inserido em uma realidade coparticipativa entre as pessoas, estabelecendo pensamento e ações coletivas. As falas incitam por inúmeras vezes a existência de uma ideia de ação coletiva e em coparticipação, relacionando o processo à aproximação real do diálogo.

Após o comentário de Mirian alguns participantes se manifestam acrescentando itens para a composição da pauta. Em seguida a professora e coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), inicia a mediação das discussões pautadas explicando como se organizam os Fóruns de Economia Solidária. Fala-se sobre a mudança de governo que está acarretando a desmobilização especialmente da Economia Solidária havendo ressalvas por parte de professora acerca da necessidade do grupo em analisar e entender as consequências da mudança política⁴ para o movimento de Economia Solidária.

As falas são voltadas a um intenso momento reflexivo sobre a conjuntura política que afeta e abala diretamente o movimento de Economia Solidária. A professora ressalta o viés de organização política dizendo: “[...] a gente precisa buscar espaços, recursos, políticas para poder fortalecer o nosso movimento. ”, momento em que se enfatiza a necessidade dos empreendimentos solidários em terem apoio e sustentação.

A professora fala que as discussões políticas precisam acontecer, que o movimento da EcoSol precisa se apropriar do debate político, da importância de se ter com clareza o papel político da EcoSol “[...] se a gente quer de fato estar participando de forma integral”. Na sequência são feitos repasses sobre as discussões dos demais Fóruns representativos de Economia Solidária com relação ao atual cenário de mudança de governo. A professora ressalta

⁴ O processo de mudança político referido em reunião deve-se à substituição dos dirigentes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e a posse de Michel Temer (PMDB) na presidência da República. A saída do Partido dos Trabalhadores do poder Executivo após 14 anos tende a causar alterações nas Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária já que sua implementação ocorreu durante o período de gestão petista na presidência.

ao grupo: “[...] precisamos buscar aquilo que é de nosso direito”, afirma com relação ao governo de Michel Temer “[...] que desmobilizou a Economia Solidária. ”.

Na dada situação e em perspectiva dialógica observa-se os participantes como sujeitos **mobilizadores (instrumento de transformação social)** de sua própria história, como seres que possuem importante papel de transformação diante de seu contexto situacional. Por intermédio das falas percebe-se a importância em ampliar a consciência dos sujeitos a fim de que possam com clareza atingir a compreensão da realidade do mundo em que vivem.

É por meio desse processo de conhecimento que a **consciência** se desenvolve e, posteriormente, desenvolvem-se também as **ações de transformação** desses sujeitos em relação ao mundo. Esse processo na perspectiva freiriana do diálogo coloca os indivíduos em distinção aos demais animais da natureza sendo o homem capaz, por meio do diálogo, criar e transformar a realidade através da práxis, ação e reflexão. Como observado, incentiva-se intensamente à **reflexão crítica** colaborando na intervenção de um processo onde o homem possa se perceber como capaz de tecer relações singulares com o mundo. É através da busca pela compreensão que o grupo pode assumir uma postura crítica ressaltada nesse contexto situacional através da compreensão com relação ao contexto político em que estão inseridos.

Inicia-se o momento de fala sobre a FEICOOP – Feira Internacional do Cooperativismo - de Santa Maria (RS), item primeiro que compõe a pauta. A professora e coordenadora da ITCP fala positivamente sobre o evento acrescentando ao grupo alguns depoimentos de empreendedores que estiveram presentes em Santa Maria estimulados pelo movimento de Economia Solidária. Manifesta um breve depoimento de uma empreendedora solidária que esteve presente na Feira dizendo ter ido à busca de “coisas que me alimentassem enquanto Economia Solidária”. A professora comenta sobre a luta e empenho que houve por parte da organização para que a FEICOOP pudesse ter sido realizada.

A coordenadora ressalta que Santa Maria é uma referência muito importante e “a gente não pode esquecer que essa organização aqui do Fórum faz parte da organização do movimento da Economia Solidária. ”.

Comenta-se sobre a importância do FRES Florianópolis em se apropriar do que foi discutido em assembleia ocorrida em Santa Maria para fins de entendimento sobre a conjuntura política do movimento, a coordenadora do FRES explica que é importante saber o que está acontecendo para que cada um possa entender e se sentir representado ou não pelas lutas que estão acontecendo. Reforça a ideia do trabalho **coletivo**, “somos um coletivo”, e da importância de cada integrante em se apropriar do que está sendo discutido a fim de julgar seu próprio nível de participação e adesão às ações que estão sendo tomadas. Nesse momento é refletida a

importância de cada membro em se sentir ou não representado, sendo “cada um dotado de uma escolha livre, ninguém é obrigado a nada”.

Segue-se a reunião com a coordenadora do FRES se manifestando sobre o grupo regional de Florianópolis, que teria “pecado” no movimento coletivo e na articulação das discussões políticas. Faz-se uma breve reflexão sobre o fato de muitos integrantes de empreendimentos de Economia Solidária não se interessarem pelas discussões políticas. Discute-se sobre a passividade das pessoas com relação a essas questões. A coordenadora ressalta a importância de todos se apropriarem das decisões políticas, diz que aqueles que querem buscar geração de trabalho e renda em Economia Solidária devem ter conhecimento e se reconhecer em uma relação política. A professora e coordenadora da ITCP diz que o entendimento sobre as reformas políticas em pauta governamental é importante à classe trabalhadora, se colocando à disposição para responder eventuais dúvidas do grupo.

Neste ponto as falas dirigidas contra a ausência de debate político expõem a problemática da profundidade da participação dos membros do movimento. Fica evidente a percepção pelo grupo de que nem todos os participantes tem conhecimento suficiente das relações entre a dimensão política, a participação e tomada de decisões. Segundo Singer (2002) a prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço sendo muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi a melhor. Se a desatenção virar hábito, as informações relevantes passam a se concentrar em círculos seletos de responsáveis, cujas propostas tem toda chance de ser aprovadas pelos sócios ou seus delegados, por inércia. No contexto das reuniões, observa-se uma luta por parte dos responsáveis em ampliar a esfera da palavra e da participação em função do permanente risco de centralização.

Esta luta adquire uma dimensão formativa em que a prática dialógica incita cada participante a se reconhecer como um ser singularmente e potencialmente capaz de estar consciente de si e do mundo em que vive. É através da **consciência**, nesse contexto a consciência política, que é capaz o homem de refletir criticamente e exercer sua reflexão na *práxis*, condicionado pelo tempo e espaço em que vive.

Inicia-se nesse momento a discussão do próximo item da pauta, o evento Teia Catarina. O representante da Cultura inicia fala sobre o encontro da Teia Catarina comentando a importância de cada um em se integrar e protagonizar a luta pelo desenvolvimento da cultura e da Economia Solidária no novo contexto político. Comenta sobre as possíveis crises políticas de construção participativa, sobre a importância de ações integradas na promoção da “pessoa humana e integral”, incentivando a realização de ações que sejam cada vez mais “cooperativas”,

cada vez mais “solidárias” e de aproximação com as partes educativas. Faz uma breve reflexão de que é importante os empreendedores entenderem que a Economia Solidária “não é só feira, não é só vender produtos”, mas é o aspecto educativo e político que torna o movimento uma alternativa contrária à hegemonia econômica.

Segundo Singer (2002) a autogestão tem como mérito principal o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. Este desenvolvimento humano incide como estratégia de comunicação por parte dos membros que dirigem as falas educativas da reunião, demonstrando que a autogestão efetiva permanece como meta ainda em processo, caracterizando um tipo ideal norteador da construção das relações.

Nesse momento nota-se uma relação de incentivo dirigido ao grupo no sentido de cada um observar-se como protagonista na luta contra à opressão e desmobilização do movimento da Economia Solidária. Defende-se que os sujeitos sendo protagonistas de si em um sentido dialógico de cooperação, solidariedade e aproximação tornam-se seres de emancipação, elemento de importante presença na perspectiva dialógica. Uma vez que a característica fundamental de nossa época é a dominação, o caminho a ser percorrido pelo diálogo deve ser a consciência libertadora, ensejada nesse momento pela luta e protagonismo de ações coletivas e de integração do grupo.

Salienta-se que, através desse contexto de diálogo, o incentivo à luta pela causa da Economia Solidária advém também permeada pelos valores do cooperativismo e da autogestão de luta contra a hegemonia das forças capitalistas que conjuntamente buscavam e ainda buscam alternativas de um mundo mais justo e solidário. E esta mesma hegemonia das forças capitalistas que, ao estarem profundamente enraizadas na cultura, tornam a perspectiva dialógica um objetivo cuja realização encontra obstáculos cotidianos oriundos das contradições vividas pelos próprios participantes do movimento em sua busca pela sobrevivência econômica e resistência cultural. É o cotidiano de vida num sistema heterogerido que alimenta a presença do autoritarismo e do individualismo como aspectos antidialógicos ainda presentes no seio cotidiano da Economia Solidária.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária ao invés de competitiva. Isso significa que os participantes da atividade econômica deveriam cooperar entre si ao invés de competir. (SINGER, 2002, p. 9).

O representante da cultura elogia a participação do grupo no evento da Teia Catarina dizendo ter sido um movimento de representatividade muito bonita e bem organizada. Pede para que posteriormente cada presente no evento faça uma breve manifestação sobre o que achou de ter participado. Novamente elogia a representação de alguns empreendimentos que estiveram presentes, reforçando os valores da produção de trabalho na Economia Solidária como “um trabalho que tem uma identidade, que tem uma história, que tem um cuidado, que busca valorizar a reciclagem, as identidades daquele lugar”. Agradece a participação dos que estavam presentes no evento e pede ao grupo que também se manifeste com o que perceberam durante a participação na Teia Catarina.

Um dos participantes da reunião, membro do empreendimento de Economia Solidária EcoTrama, inicia seu momento de fala a respeito de sua participação na Teia Catarina. Agradece a oportunidade e possibilidade de ter exposto seus materiais de comercialização e também a oportunidade de ter tido contato com os Pontos de Cultura, pelas rodas de conversa que ocorreram durante a realização do evento. Diz ter sido uma experiência muito gratificante a exposição de seus produtos no Centro Integrado de Cultura por ser um lugar considerado elitizado. Comenta ter sido importante o fato de nesse espaço poder mostrar a Economia Solidária e o artesanato que tem uma referência cultural. Afirma que o público presente mostrou interesse em conhecer os produtos e como consequência pôde-se falar sobre os princípios da Economia Solidária aos que ainda não a conheciam.

A professora e coordenadora da ITCP pergunta ao representante da EcoTrama como os grupos se organizaram para ir até o CIC – Centro Integrado de Cultura – participar do evento. O trabalhador responde dizendo que os empreendimentos receberam o convite através do representante da Cultura, nas reuniões do FRES realizadas anteriormente, dizendo ter sido uma organização tranquila, em um espaço bem preparado para a exposição dos produtos e que considerou positivo o reconhecimento do público. Na sequência a professora questiona se a organização para as exposições no Centro Integrado de Cultura foi coletiva. Pergunta ao trabalhador se ele levou produtos de outros empreendimentos que não puderam ir para expor em nome deles. Comenta sobre a importância da organização coletiva para ir até eventos datados em que o grupo regional é convidado a participar. Afirma-se que a forma de organização mais coerente com a Economia Solidária é a **organização coletiva**.

Neste ponto da reunião, resta evidente que embora o evento tenha tido uma boa avaliação, os participantes que ocupam funções organizativas advertem que nem todas as premissas de organização do movimento foram seguidas, ressaltando a dificuldade de organização coletiva. Fica visível o uso da palavra para a indução à crítica aos processos de

organizações anteriores não necessariamente citados pelos empreendimentos, mas observados pela professora coordenadora da ITCP. Essa problemática induz à compreensão de que a organização coletiva também aparece como meta ainda não plenamente consolidada no grupo, carecendo ainda de esforços concretos por parte dos empreendedores para que o pensamento individualista não determine as formas de participação nos eventos do Fórum.

O representante da Ecotrama comenta que faltou empenho do grupo na organização coletiva. A coordenadora do FRES ressalta que a Economia Solidária é definição coletiva e solidária, assim não se corre o risco de excluir pessoas que não possam participar de eventos por questões financeiras. Reforça a ideia de que Economia Solidária é um processo coletivo de ajuda mútua. Expõe sobre a organização coletiva se distinguir de uma organização individual, fazendo referência aos empreendimentos que estiveram e os que não puderam estar presentes na exposição no CIC.

Novamente segue sendo afirmada a importância do modelo de organização coletiva na Economia Solidária. O representante da cultura toma o momento de fala fazendo referência às palavras da coordenadora do FRES que, segundo ele, são fundamentais. Indica que se colocou à disposição dos empreendimentos caso algum deles necessitasse de algum tipo de ajuda para ir até o CIC, afirmando que a Economia Solidária não é espírito de competição, mas de ajuda.

Nota-se nesse momento da reunião a presença dialógica ancorada através de momentos de fala que buscam desenvolver o aspecto da consciência dos sujeitos em prol da efetivação dos princípios da autogestão coletiva e solidária. No entanto, percebe-se que ainda há uma fragilidade no grupo em agir de forma dialógica e autogestionária, induzido, talvez, pelo espírito competitivo originário do convívio com a economia de mercado.

A sequência do processo de reunião expôs alguns elementos outros que fragilizam a construção da dialogicidade e da autogestão. Observou-se que os comentários feitos pelo trabalhador sobre a organização do Teia Catarina foram antecipados pela observação de que o mesmo gostaria que sua crítica fosse construtiva, manifestando certa insegurança em relação à recepção de suas mensagens pelo grupo. Nesta discussão, elementos como a dificuldade financeira do fórum e mesmo a “mentalidade de produtores individuais” emergem como elementos que tornam mais lenta a implementação dos objetivos do movimento.

Em seguida foi discutida a pauta das feiras, data e locais para o próximo mês e, depois, inicia-se um novo momento em que a dimensão formativa do FRES entra em discussão, ocorre a proposta de realização de roda de conversa durante a próxima feira a ser realizada em Palhoça/SC com o intuito de aproximação com aqueles empreendedores solidários. Neste ponto

novamente é ressaltada a necessidade constante de trabalho de conscientização, para entender a EcoSol como um movimento e não apenas uma sequência de princípios.

A questão das formações constitui o último item de pauta. A coordenadora do FRES destaca a necessidade de debate sobre o capitalismo, por ser o regulador dos processos de exclusão social e coletiva. Ressalta que o sistema capitalista é regulado para que as pessoas com acesso financeiro possam ter qualidade de vida, favorecendo as classes mais altas. Segundo ela é importante o grupo entender o capitalismo. Fala sobre espaços que são oferecidos gratuitamente aos empreendimentos de Economia Solidária, mas que muitas vezes são usufruídos como uma oportunidade de gerar ações pensando no lucro, o que contraria a lógica solidária. Ressalta que é necessário ofertar os produtos para a classe mais pobre, para os trabalhadores, por isso é fundamental uma comercialização de preço justo, contra a hegemonia da lógica capitalista. A coordenadora comenta que a lógica da Economia Solidária é de ajuda mútua através do comércio justo e solidário fazendo os produtos serem acessíveis para a classe trabalhadora, menos favorecida.

A pronúncia da coordenadora expõe a problemática evidente da relação entre a Economia Solidária e o capitalismo ainda muito presente nas práticas coletivas do grupo regional. Seu discurso tende a se aproximar da perspectiva dialógica como um processo que induza o grupo a práticas reais baseadas na igualdade, no compromisso e na justiça social, mesmo que em contexto concreto essas premissas apresentem dificuldade. Desde seu princípio e como exposto em diálogo o movimento cooperativo autogestionário reivindica a emancipação social em princípio de liberdade, igualdade e solidariedade a fim de que esses valores possam combater os malefícios sociais intensificados pelo modelo capitalista. Neste sentido segundo Santos (2002), a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas.

O caminho buscado, seguindo a perspectiva de Paulo Freire, compreende a ação dialógica como libertadora e capaz de conduzir o homem à uma interação crítica sobre si e sobre o mundo em situação de constante intervenção reflexiva sobre a realidade na busca da transformação, assim essa

Ação envolve o ser total dos atores: suas emoções, seus sentimentos, sua linguagem-pensamento-reflexão. A ação humana que implica as finalidades dos atores é a práxis humana [...] e através dos resultados de sua *práxis*, os homens criam seu mundo cultural. (FREIRE, 1987, p. 110).

É a busca pela justiça e solidariedade que conferirá à base dialógica traduzida, segundo Freire (1987), por um processo simbólico através do qual a realidade é produzida, mantida, reformulada e transformada, sendo a realidade direcionada pelos princípios da Economia Solidária nas práticas organizativas autogestionárias. A ação dialógica conduzida nesse momento busca a transformação coletiva como um processo de comunhão, realizada em unidade, sem redução de responsabilidades, onde todos os sujeitos são seres de transformação, responsáveis pela mudança que almejam.

O desejo pela construção do diálogo pode ser observado no discurso do representante da cultura ao expressar que a solidariedade implica na sinceridade e o ser humano tem que perceber o mundo egoísta em que vive. Na mesma linha, um dos trabalhadores defende a proposta de refletir sobre a Economia Solidária através de textos formativos que contenham assuntos como o que é a Economia Solidária e quais são seus princípios para posteriormente realizar uma discussão em grupo sobre essas questões. Comenta que as questões da Economia Solidária são importantes de estarem claras até mesmo no momento de comercialização dos produtos.

Em momento final a pauta é fechada e a reunião encerra com uma dinâmica coletiva: as pessoas levantam e formam um círculo interligado através de grande um abraço coletivo, em roda manifestam palavras que para elas representam e dão sentido à Economia Solidária. O amor gera confiança e é confiando uns nos outros que os homens constroem juntos uma verdadeira relação dialógica, onde unidos podem transformar o mundo. Essa confiança será base para que um sujeito possa compreender a intenção de outro sem desconfiança ou medo, pois o medo e a desconfiança ao contrário da libertação aprisionam e desesperam. O diálogo como presente nesse momento mostra o encontro afetoso e amoroso entre os sujeitos, que juntos socializam e elucidam simbolicamente os princípios da Economia Solidária em uma situação libertadora de aproximação coletiva.

Verificou-se que a busca pelo diálogo libertador está relacionada a um processo de interação comunicativa. Para esta pesquisadora evidenciou-se que no processo de mediação observado houve um grau de representação maior por parte dos que emitem a maioria das mensagens (notadamente os coordenadores e representantes institucionais). Embora essa constante observada possa aparentemente conduzir a formulações antidemocráticas e formas de diálogos enrijecidos, vê-se que muitos sujeitos do grupo têm preferência pela ausência de em manifestar a palavra verbalizada. Todavia não podemos adentrar a análise desse aspecto como uma tendência negativa visto que a cultura hegemônica naturaliza em muitos sujeitos a forma silenciada da palavra, mas que neste caso não significa que os sujeitos estejam em um contexto

de inércia reflexiva. Ao contrário o desenvolvimento da reflexão é receber a mensagem de forma a clarificar os valores postos em discussão para que, por conseguinte os sujeitos venham a refletir e a partir desta reflexão transformar a realidade na qual estão situados. Neste caso semelhante como apresentada pela fundamentação teórica de Paulo Freire o diálogo é também um processo educativo neste caso transpassado aos valores baseados na Economia Solidária para que o grupo possa assumir a condição da *práxis* em uma troca de significados simbólicos. Por outro lado, fica evidente a necessidade de haver uma troca comunicativa que permita a todos serem sujeitos pronunciadores da palavra.

3.2.2 Relato descritivo 2: reunião FRES Florianópolis

A segunda reunião de observação participante juntamente ao Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis ocorreu no dia 1 de setembro de 2016, das 14h às 17hrs, no auditório da Superintendência de Trabalho e Emprego situado na Rua Vitor Meirelles, Centro de Florianópolis.

Destaca-se que nesse dia havia muitos sons de sirenes ao fundo, o clima na cidade de Florianópolis estava agitado em virtude do julgamento do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff e a consequente posse do vice-presidente Michel Temer no comando do governo brasileiro. Na reunião é notável o sentimento de insegurança futura em virtude da possibilidade de desmonte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e das políticas públicas que regem o campo da Economia Solidária. O cerne desta insegurança está relacionado ao caráter fundador que o governo petista possui em relação às Políticas Públicas de Economia Solidária. Destaca também a presença de uma dependência ainda acentuada do movimento em relação ao fomento estatal via Políticas Públicas, demonstrando que essa economia alternativa ainda aparece bastante atreladas às instituições que assumiram a tarefa de desenvolvê-las, como muitas delas são ligadas à instituições do poder executivo – como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que recebem fomento via projetos do Estado, e a parceria com o Ministério do Trabalho, Emprego e Renda –, o caráter das mudanças futuras pode desestabilizar as frágeis bases de sustentação dessa alternativa econômica em construção.

As pautas são construídas de acordo com as demandas do grupo, originárias das tarefas realizadas durante aquele mês. No momento introdutório da reunião, a coordenação pergunta aos participantes se deseja agregar algum novo item. Ressalta-se que qualquer novo ponto pode ser acrescido durante a reunião a pedido dos participantes. Nesta data, a estrutura de pauta foi

composta pelos seguintes itens: Política: Cenário Nacional e Organização do Movimento de Economia Solidária. Informes: Feiras, Ação Social Arquidiocesana, Mostra de Economia Solidária, FenaOstra, Formação e Cadastro dos Empreendimentos de Economia Solidária.

O primeiro item de pauta foi indicado pela coordenação e expressa a preocupação da mesma em relação ao debate político, assunto que já havia sido abordado na reunião anterior, na qual foi destacado que muito participantes não desejam adentrar no universo destas discussões. Percebe-se que uma das coordenadoras do fórum apresenta a preocupação em torno da necessidade de conscientização em analisar a conjuntura política de mudança de governo. “Porque diante do que aconteceu ontem, eu acho que não daria pra gente passar em branco, sem antes a gente falar um pouco sobre isso, talvez ver depois de que formas que o movimento de Economia Solidária vai se articular com outros movimentos, pra fazer esta resistência”. A resistência referida está relacionada à possibilidade de desarticulação da Secretaria nacional de Economia Solidária. Ao apresentar a pauta, a coordenadora pede para que a interlocutora do fórum junto ao ministério do Trabalho, emprego e renda inicie sua exposição sobre a situação.

A representante diz se sentir envergonhada como mulher pelo fato ocorrido com a ex-presidenta Dilma Rousseff. Diz que o afastamento de Dilma representa “[...] um machismo total” e comenta que desde que entrou no movimento da Economia Solidária, em 2000, tem percebido que a maioria dos integrantes são mulheres, e aponta que embora o movimento tenha avançado, o machismo permanece como dificuldade. Cabe destacar que a maior parcela dos presentes nas reuniões são mulheres, o que potencializa a presença de elementos de opressão de gênero como parte dos enfrentamentos presentes no âmbito da Economia Solidária. A dimensão histórica de exclusão ou subvalorização do trabalho feminino contribui para que sejam as mulheres aquelas que irão tomar a frente no movimento da Economia Solidária.

Considerar as relações de gênero em suas contradições e quanto aos atores coletivos que atuam para transformá-las nos remete ao feminismo como pensamento e como movimento social organizado, que interpela a Economia Solidária. [...] os significados de uma abordagem de gênero na Economia Solidária partem da consideração das mulheres na sociedade e vão até a contribuição do pensamento feminista na construção de um outro paradigma de economia. (Nobre *in* Cattani, 2003, p. 205)

Em continuidade com a pauta política, a coordenadora da ITCP/Univali comenta sobre a participação do FRES de Florianópolis no Conselho estadual de Artesanato e Economia Solidária. Diz que “todo tempo que estamos juntos é um tempo de desafio”, que sua percepção em relação à participação no Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária é a de que não são bem vistos, por isso, ao assumir a presidência do conselho em nome do Fórum, o movimento necessitará apoiar o conselho para tentar trazer algumas conquistas. Esta fala aponta

a existência de dificuldade de reconhecimento do movimento da Economia Solidária no conselho estadual em que está inserido. Nesse sentido, a ocupação da presidência do conselho referido indica um avanço político na representatividade do movimento, mas também o aumento do risco de problemas em função de danos causados à imagem do grupo por atos de empreendimentos que não cumpram as premissas que forjam a Economia Solidária.

Nesse ínterim, uma trabalhadora pede a palavra para expressar a importância da realização de muitas feiras e eventos e todos do grupo estarem bem seguros, organizados e saber tudo o que representa o movimento da Economia Solidária, deixando o individualismo de lado e sabendo que este espaço é coletivo, que todos são parte de um coletivo e têm que ser responsáveis, tanto por si, quanto pelos demais. Destaca que o trabalho dentro movimento deve ser solidário e respeitar o outro, evitando, por exemplo, a venda de um produto copiado, desenvolvido por outra pessoa com objetivo de lucrar.

Aqui se apresenta um processo comunicativo de diálogo vinculado aos valores autogestionários de coletividade, respeito, solidariedade e responsabilidade. O diálogo aparece nesse momento como indutor de uma reflexão acerca da necessidade do grupo transformar ações individualistas em ações que sejam de fato coletivas. Destaca-se a solidariedade e respeito como importantes valores que devem estar presentes na *práxis* coletiva do grupo. No dado momento o diálogo constitui importante ferramenta para que a gestão coletiva e organizativa esteja de fato presente na perspectiva da Economia Solidária. Salieta-se um envolvimento construtivo pautado na reflexão das ações do para melhoria do grupo enquanto movimento.

A coordenadora retoma a palavra para falar de questões de organização, indica a pessoa de referência na organização das feiras do FRES Florianópolis, ressaltando que este processo deve ser feito com muita responsabilidade, inclusive para preservar as parcerias com as instituições, citando o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como exemplo. Comenta que atuar fora dos princípios da Economia Solidária prejudica as próprias pessoas do grupo, porque contraria a premissa de coletividade.

Em sua fala, a coordenadora defende que a identificação coletiva fundamenta a possibilidade de fortalecimento do grupo e a eficácia do processo autogestionário que se baseia na indução coletiva das forças. Seu discurso, portanto, enfatiza que o indivíduo que atua segundo as premissas do grupo, ao quebrar estas mesmas premissas, estaria se prejudicando ao prejudicar o processo organizado da Economia Solidária. Certamente que a quebra de princípios por um agente individual desfavorece o grupo como um todo, mas o indivíduo que quebra as premissas nem sempre será prejudicado, principalmente se sua racionalidade estiver ainda demarcada pelos princípios antidualógicos de competição no mercado. Decorre que para a

coordenação, o sentido dialógico e coletivo do movimento fundamenta seu pensamento e pronúncia sobre o tema, não apontando a ação antidialógica como prática que dá fundamento a ação de um membro do coletivo. Aqui transparece a contradição entre os objetivos do movimento e as práticas decorrentes em seu caminhar.

Apesar das dificuldades observadas em dado contexto de diálogo, apresenta-se uma construção reflexiva baseada nos preceitos de **solidariedade e cooperação** aspirando nas práticas organizativas a perspectiva da Economia Solidária. Com base na reflexão crítica e através da relação de diálogo os participantes constroem e determinam colaborativamente as tomadas de decisões que trarão benefícios a todo o coletivo. Explicita-se a importância no desenvolvimento da **consciência coletiva e da participação** na pronúncia da palavra. Para a existência do diálogo, o desenvolvimento da consciência é fundamental, segundo Freire (1987) é através dela que o homem pode refletir criticamente e exercer sua reflexão na *práxis*, condicionado pelo tempo e espaço em que vive.

Uma das representantes do Empório Solidário aproveita o momento para comunicar que em reunião do grupo foi decidido que parte dos 20% dos recursos das vendas que são captados serão repassados diretamente ao FRES para auxiliar na organização do movimento. Segundo ela, como se vive um momento de escassez de recursos, as discussões realizadas no Empório apontaram a importância da direção destes recursos ao FRES Florianópolis. Alguns participantes comentam que seria importante repassar recursos também para o movimento estadual.

O momento comunicativo indicia a manifestação de ações coletivas e solidárias, onde juntos, os participantes assumem ser importante o posicionamento coletivo na gestão orçamentária, induzindo a importância de todos em colaborar com o movimento regional da Economia Solidária. Esses preceitos formam uma base motivacional no diálogo dos atores envolvidos, onde reconhecem a importância de uma gestão colaborativa e solidária para o movimento de Economia Solidária como um todo representando uma realidade coparticipativa.

Indica-se a importância do grupo no preenchimento das fichas de avaliação das feiras, para que assim seja possível avaliar os pontos negativos e positivos dos processos e com isso fazer a busca de melhorias para o grupo. Relata-se que já houveram momentos do Fórum Litorâneo (Itajaí) em que as reclamações surgiam nas reuniões sem estarem escritas nas fichas de avaliação, porque as pessoas as preenchiam “de qualquer jeito”; naquela experiência ela ofereceu uma confrontação entre as reclamações verbais e as fichas, para demonstrar a importância de seu preenchimento. “Se não responde com seriedade a mudança não é implementada”.

A coordenadora da ITCP - UNIVALI expõe um exemplo do ano passado, quando entre março e abril aumentou em sete mil reais as vendas de todo o grupo na feira da Universidade do Vale do Itajaí, em virtude de reformulação e mudanças que foram feitas com base nas fichas avaliativas por isso a avaliação tem que ser encarada com seriedade por todos.

Segue expondo exemplos de problemas e situações que ocorreram e foram avaliadas em feiras passadas provocando uma pequena discussão sobre esse assunto.

Nesse momento, o diálogo apresenta-se como mediador que possibilita o entendimento coletivo sobre o que está sendo proposto com relação aos processos avaliativos possibilitando um maior nível de adesão às estratégias sugeridas e apontando a importância de tal avaliação para benefício do grupo. Aqui o diálogo confere base à autogestão conduzindo à possibilidade do grupo opinar e decidir de forma igualitária nas questões estratégicas de avaliação das feiras realizadas.

Outro ponto de discussão foi a organização do Empório Solidário. O Empório Solidário é um espaço que foi oferecido pela prefeitura de Florianópolis para legitimar a Economia Solidária e viabilizar um espaço para comercialização de empreendimentos solidários junto ao Mercado Público de Florianópolis. Uma participante da reunião questiona se todos os produtos do Empório são da Economia Solidária. A representante do Empório comunica que ocorre um cuidado para que tudo esteja vinculado à Economia Solidária, para que a matéria-prima, por exemplo, não seja composta por produtos da China. A mesma esclarece que o Empório Solidário se inscreve como um único empreendimento nas feiras, já que foi formada uma associação de comercialização “um grupo de empreendimentos”. Diz que o início foi confuso porque muitos empreendimentos eram individuais, mas agora estão ocorrendo mudanças: “Tudo é decidido em reunião no coletivo, as pautas são decididas no coletivo [...] a gente tenta fazer democracia direta e também representativa”.

Nessa relação comunicativa o diálogo ajuda a desenvolver o entendimento sobre a importância dos grupos assumirem uma postura ética e coletiva em relação à cadeia produtiva, principalmente nos momentos decisórios. Esse processo de fala e argumentação da representante do Empório Solidário corrobora para que os valores da Economia Solidária sejam de fato assumidos pelos empreendimentos e direcionados para a dimensão prática do trabalho.

Inicia-se breve discussão sobre as diferenças entre o FRES e o Sebrae e a possibilidade de uso do espaço do Sebrae para formações. Ressalta-se que os empreendimentos do Sebrae seguem uma perspectiva tradicional, diferente da Economia Solidária. Aponta-se uma abertura dialógica na qual o parecer do grupo se faz importante perante o processo de discussão. Indica a comunicação como elemento de ação coletiva, a qual produz sentido situacional perante a

opinião do grupo contextualizada nos preceitos da Economia Solidária. Há um momento elucidativo o qual diferencia a Economia Solidária das demais perspectivas tradicionais de empreendimentos. Evidenciou-se que alguns participantes não possuíam clareza quanto às estas distinções.

Na sequência a pauta da reunião passa a ser a formação. A coordenadora da ITCP – UNIVALI sugere “Liderança Solidária” como temática para o próximo encontro formativo do grupo, segundo ela “visto que a liderança tradicional é sempre uma relação hierárquica, patrão-empregado, então, como pensar uma outra forma?”. A sugestão desta temática mais uma vez ressalta a necessidade contínua de enfrentamento da cultura de mercado no âmbito do grupo e corrobora com o caráter educativo do diálogo, antecipando as reflexões a serem aprofundadas em formação. Por meio da ação comunicativa reforçam-se os valores da Economia Solidária em distinção aos preceitos tradicionais da economia de livre mercado.

Assim como na primeira, a segunda reunião observada encerra através de um grande abraço coletivo entre todos os presentes. Nesse momento cada participante dirige uma palavra representativa sobre a Economia Solidária, emergem palavras como “resistência”, “luta”, “união” e “colaboração”.

3.2.3 Relato descritivo 3: reunião FRES Florianópolis

A seguinte reunião observada em campo juntamente ao grupo de empreendimentos solidários que compõem o Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis ocorreu na primeira quinta-feira do mês de outubro de 2016, das 14h às 17hrs, no auditório da Superintendência de Trabalho e Emprego situado na Rua Vitor Meirelles, Centro de Florianópolis.

A reunião inicia-se com a apresentação dos participantes. O ponto principal desta reunião foi a avaliação das duas feiras ocorridas.

Inicialmente sugere-se que ocorra de forma coletiva uma análise da atual situação política. Comenta-se ser também importante a realização de uma breve explanação sobre o que é a Economia Solidária visto o constante adentramento de novos participantes nas reuniões consideradas pelo grupo como processos educativos constantes, destacando a importância da compreensão gradual dos princípios da Economia Solidária.

A ação comunicativa aparece permeada pela autogestão baseada nos valores da Economia Solidária os quais asseguram o desenvolvimento humano, legitimado e viabilizado através do processo de participação coletiva e igualitária que somente pode existir através da

compreensão do grupo acerca do que é Economia Solidária. Situa-se aqui o diálogo como ferramenta capaz de induzir e atingir a compreensão e socialização desses valores.

A representante do FRES junto ao Ministério do Trabalho, Emprego e Renda começou o ponto “Política” dizendo:

“Dentro do Ministério do Trabalho, em 2001, houve um Fórum Social Mundial que pediu, à época ao presidente Lula, que fosse criado um espaço da Economia Solidária dentro do próprio Ministério. Em 2003 foi criada, então, a Secretaria Nacional da Economia Solidária, que pudesse falar dos assuntos relacionados às associações cooperativas que é o enfoque principal da Economia Solidária. De lá pra cá nós temos a atuação em todos os estados através das Superintendências, com um grupo que fica dando suporte aquela Política Pública que é implantada a nível nacional. Esse ano houve a troca então do nosso secretário que era o Paul Singer, que é um economista. E houve a troca de toda uma equipe, tem uma equipe nova hoje na SENAES, [...] e nós estamos aguardando mais ou menos as novas diretrizes, do que está sendo repassado para que nós possamos repassar também a todos os estados. Então nossa parte aqui fica no apoio à Economia Solidária enquanto movimento social, o apoio ao fórum catarinense e aos fóruns regionais”.

No momento seguinte a coordenadora do FRES indica que a proposta da reunião é uma roda de conversa, solicitando que todos fiquem à vontade para fazerem contribuições. Ela inicia um processo de esclarecimento sobre a Economia Solidária ressaltando que,

“É importante compreender o que é a Economia Solidária, que pode ser compreendida como duas bandeiras principais, a primeira são processos coletivos, falou de Economia Solidária a gente associa à processos coletivos. E a segunda bandeira prioritária é a autogestão. Então são processos coletivos onde não tem uma pessoa que manda, a gente não está nessa hierarquia, é um processo coletivo onde todos, conjuntamente, coletivamente, fazem as suas escolhas e tomam as suas decisões. Então aqui não tem um dono, não tem alguém que manda, o Fórum se resume às decisões que nós que estamos aqui iremos tomar”.

Em dado momento o diálogo apresenta-se relacionado à uma ação de abertura participativa, considerando que todos os participantes podem realizar contribuições se assim desejarem. Segundo a perspectiva dialógica de Freire (1983), o diálogo existe quando contextualizado em uma situação onde há espaço para o desenvolvimento democrático, ou seja, participativo, dos indivíduos, confluindo conseqüentemente em uma situação coparticipativa. A partir da incitação de valores autogestionários de participação democrática, de forma coletiva e igualitária, sem níveis de hierarquização do poder, o grupo é convidado a se manifestar. A ação dialógica aparece como indutora da compreensão ao que se refere à participação mútua e recíproca do grupo contextualizada pelo campo da autogestão.

A coordenadora do FRES aponta alguns valores pertinentes à Economia Solidária como a questão da geração de renda, fala que hoje a maioria dos empreendimentos solidários em Florianópolis são de artesanato, mas que “a Economia Solidária não se resume à artesanato,

mas também a agricultura agroecológica, aos catadores, os indígenas, os quilombolas, as comunidades de pescadores. ” Comenta que a “Economia Solidária possui três vertentes, a política, a econômica (inclusão e geração de renda digna) e a parte social, que diz respeito a como que os militantes da Economia Solidária se colocam no mundo. É um movimento que tem princípios”.

O representante da Cultura diz que os princípios apresentados também estão presentes no âmbito cultural o qual ele representa, a partir da Política Nacional da Economia Viva. Percebe na Economia Solidária uma forma de economia que tem como prioridade a promoção integral da pessoa humana. Não a economia como linha de frente das relações sociais, mas como auxiliar ao desenvolvimento humano.

“O que está sendo criado para promover a pessoa humana integral? [...] não é qualquer artesanato, não é qualquer agricultura, não é qualquer atividade. A reciclagem, a saúde na produção, na agricultura e um artesanato que valorize isso, que busque valorizar o que tem na nossa cultura, no nosso meio ambiente [...]. E como foi dito também nós não percebemos só artesanato, é um espaço de educação, saúde coletiva e socialização porque nós da cultura também percebemos muito importante criarmos vínculos, e esses vínculos [...] são vínculos afetivos, de eu me sentir parte disso, desse coletivo, eu não estou ali pelo que vem pra mim, mas nós passamos a utilizar o nós. Então são coletivos, essa figura do patrão, do empregado, vai se diluindo, [...] que nós possamos gerir os nossos próprios caminhos e juntos nos integrarmos [...]”.

Induz-se um processo de reflexão no qual é explanada a importância de aproximar e integrar as pessoas. Nesse instante nota-se no diálogo valores como afetividade e coletividade sendo assumidos como vínculos de suma importância no movimento organizativo do grupo. Destaca-se, através do diálogo, os princípios de coletividade. A ação comunicativa assume um papel de construtor no processo da consciência coletiva e também um papel educativo por meio da elucidação acerca de práticas que possibilitem a valorização dos preceitos da Economia Solidária.

Outra participante pede a palavra para se colocar como empreendimento:

“Nós somos da periferia [...] a gente costura junto e vende junto, e começamos lá, nem sei quando, com a Ação Social Arquidiocesana através dos armazéns comunitários [...] Então pra nós a Economia Solidária é solidariedade mesmo, sabe, tanto a gente vende como a gente “junto” organiza a nossa comunidade”.

O representante do movimento da cultura esclarece que há uma preocupação em promover a pessoa “humana” e as ações necessárias para que o trabalho tenha uma identidade que seja valorizada. Uma preocupação com a cadeia produtiva do artesanato que promova integralmente a Economia Solidária e vínculos de “bem querer”, “uma sensibilidade não

egoísta”. Indica sua percepção de que alguns empreendimentos solidários ainda não estão plenamente imbuídos do que é a Economia Solidária, e que é preciso produzir esta sensibilidade.

A coordenadora do FRES afirma que a confecção dos produtos deve envolver um processo consciente citando o caso de produtos que muitas vezes são confeccionados com base na exploração do trabalho chinês, através da importação de suas manufaturas, destacando que sendo assim ocorre a quebra dos princípios do comércio justo e solidário: “Essa base do produto tá vindo de exploração de um ser humano que está lá na Índia, na China, no Vietnã”.

O integrante que representa o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) diz que é importante resgatar que a Economia Solidária “é um movimento social que acolhe as classes historicamente desfavorecidas e participa quem se identifica com os preceitos. [...] a Economia Solidária tem que ser um processo educativo constante, de contínua formação”.

Segundo Freire (1983), o diálogo é mais que uma troca de conteúdo, ele é um ato de conhecimento compartilhado pelos sujeitos em um processo de significações coletivas. Nesse caso as significações estão representadas no ato comunicativo pelos princípios de “comércio justo e solidário”.

Na sequência da discussão o representante da Cultura comenta que a questão do preço justo: “Vem dos dois lados, do produtor mais consciente e do consumidor mais consciente. Estamos aqui para educar o consumidor também”. Como exemplo elucidativo cita um processo de formação em que estavam presentes trabalhadores de vários segmentos sociais e havia dificuldade para definir o preço a ser pago pela hora do professor, visto que alguns poderiam pagar mais e outros menos. Naquela ocasião decidiu-se que aqueles que tinha condições pagariam o preço habitual da hora de trabalho do professor, outros, menos favorecidos, pagariam com peixe ou produtos agrícolas, cada um de acordo com sua capacidade.

No momento acima, o diálogo apresenta-se como um ato de conhecimento compartilhado em um processo de motivação à prática da justiça social. As palavras dirigidas pelo representante da Cultura reivindicam a possibilidade de transformação onde cada sujeito pode ser também promotor de valores solidários através do consumo justo e consciente.

O processo comunicacional relatado acima demonstra, desde a fala dos sujeitos que optaram pela pronúncia de suas palavras, o conjunto de possibilidades e contradições que pautaram as três reuniões observadas. Evidencia-se o esforço do conjunto dos participantes na legitimação dos princípios da Economia Solidária através da *práxis* cotidiana no trabalho dos empreendimentos solidários. Demonstra, também, que a cultura capitalista de mercado, que hegemoniza as relações sociais e econômicas ainda é parcialmente evidente na construção

processual do movimento, o que enseja contínua reflexão em temas como: a formação política, a produção da participação e da tomada coletiva de decisões, a preocupação com a integração solidária da cadeia produtiva e o estabelecimento do preço justo e do consumo consciente.

3.3 Análise do conjunto das reuniões

Durante o processo de observação constatou-se se que as reuniões seguiam um fluxo de ocorrência, sendo que em todas elas houveram momentos fluidos de elucidação acerca dos princípios da Economia Solidaria, momentos da execução da pauta e de informes, e o momento de fechamento seguido por uma breve dinâmica coletiva. Os encontros possibilitaram o diálogo sobre os questionamentos acerca das práticas organizativas na perspectiva da autogestão. Notou-se a busca coletiva do grupo por uma compreensão acerca dos princípios que regem o trabalho na perspectiva da Economia Solidária.

Devido ao fato das reuniões do FRES serem abertas a qualquer indivíduo que deseja delas participar o fluxo de pessoas por reunião apresenta alta rotatividade, o que torna o momento reflexivo acerca dos preceitos da Economia Solidária importante, possibilitando a cada novo participante compreender o processo de fundamentação e organização.

Verificou-se um significativo espaço de tempo das reuniões dedicado às demandas pautadas e também à informes sendo tais momentos caracterizados por diálogos abertos entre o grupo conduzindo o processo à reflexões e manifestações coletivas. Os momentos decisórios das reuniões permitiram observar a existência concreta dos processos autogestionários e dialógicos na tomada de decisões. Nesse processo a participação coletiva corrobora como fator determinante para a análise das características de comunicação entre os membros do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis. O fechamento das reuniões caracterizou-se por um momento de aproximação afetiva dialógica entre o grupo demonstrando a busca pela solidariedade perpassada na construção de laços afetivos.

A troca de experiências práticas que perpassou as reuniões permite observar a aproximação da dialogicidade na elaboração entre os princípios práticos vivenciados e as discussões que ocorrem durante as reuniões. A presença dos princípios se concretiza no momento em que os participantes conseguem perceber a relação entre a vivência concreta e as premissas que são largamente defendidas por aqueles que mediam o processo de organização do movimento.

Verificou-se, todavia, que há diferenças do ponto de vista da consciência dos princípios entre os empreendimentos do movimento que efetivamente participam das reuniões em oposição ao conjunto total de empreendedores que materializam as ações de produção e comercialização desde a perspectiva solidária. Estas diferenças têm como consequência o constante debate formativo verificável nas reuniões que provocam uma visível centralização das palavras aos membros que compõe os espaços de coordenação do FRES ou de representação institucional das instituições fomentadoras.

Esse fato está justificado pelo histórico de construção da Economia Solidária no Brasil, cujo processo formativo tem sua origem no âmbito de instituições - sejam públicas ou religiosas -, ou seja, seus princípios teóricos e éticos foram antes consolidados na forma de proposições filosóficas do que emergentes de ações cooperativas pré-existentes, ou ainda, proporcionou às iniciativas existentes, o conjunto teórico e institucional que permitiu a transformação dos princípios em movimento social.

Como movimento social de resistência ao capitalismo não deve ser surpreendente que os valores do individualismo e da competição ainda apareçam no cotidiano da *práxis*, visto que nenhuma transformação cultural ocorre sem o enfrentamento destas contradições e a produção de consciência sobre elas. Nota-se que os participantes mais preocupados com a pronúncia dos princípios são aqueles que possuem uma longa trajetória de inserção nesse processo de resistência e, portanto, atribuem uma significação complexa aos princípios e uma visão crítica sobre a *práxis*.

Aos novos chegados no movimento resta um longo caminho de conscientização que não poderá ocorrer sem a construção de um novo olhar sobre sua *práxis* e a abertura para a pronúncia de sua palavra, é na busca desse processo que se justifica a constante intervenção da coordenação e das instituições fomentadoras, que apresentam resiliência suficiente para acreditar nos ideais mesmo que a realidade concreta continue a manifestar suas contradições. A comunicação como prática dialógica assume, assim, uma importância fundamental para a consecução dos objetivos e estratégias do movimento, sendo aqui indicado que cabe ao Comunicador Social interessado nesta área, a contribuição para que o desenvolvimento comunicativo ocorra na pronúncia e na escuta da palavra de todos os sujeitos.

As reuniões podem ser consideradas como importantes núcleos onde as premissas da Economia Solidária são reafirmadas de uma forma bastante intensa. Percebeu-se no decorrer dos processos de diálogo que o grau de domínio e reconhecimento dos princípios pode variar, desde a presença de uma consciência crítica ou a vivência de valores opostos à Economia Solidária. As reuniões puderam ser compreendidas também como práticas organizativas que

possibilitam a intensificação na formação dos princípios sobre a Economia Solidária, sendo essa formação necessária diante dos distintos graus de reconhecimento desses valores presentes no grupo.

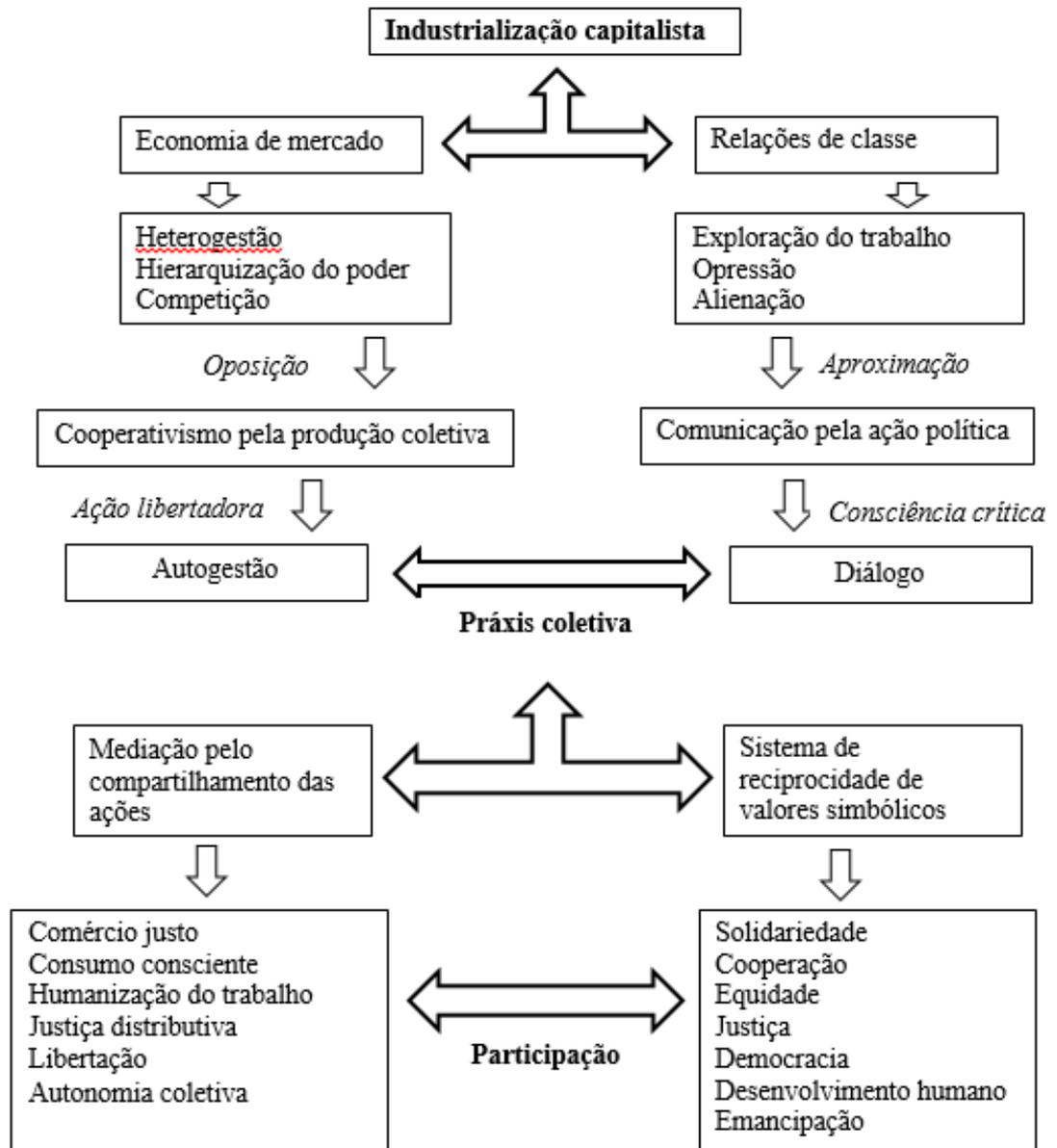
Mesmo havendo momentos em que a prática do diálogo percebeu-se concentrada em alguns participantes a dialogicidade está contida no fato das reuniões estabelecerem um processo reflexivo e crítico que dimensiona as práticas exercidas pelos integrantes dos empreendimentos solidários. Segundo Freire:

Os homens são porque são em situação. E serão mais quanto mais não apenas refletirem criticamente sobre sua existência, mas atuarem criticamente sobre ela. Refletir sobre a situação é refletir sobre a condição mesma da existência: é o pensamento criativo por meio do qual os homens se descobrem 'numa situação'. Somente quando esta situação deixa de se apresentar como uma realidade densa e sufocante ou uma angustiante escuridão, e os homens passam a percebê-la como uma situação objetiva problemática – somente então pode ocorrer o comprometimento. [...] a conscientização é o aprofundamento da atitude de consciência característica de toda emergência. (FREIRE, 1987, p.100-101)

Através dos processos observados é possível considerar que as reuniões constituem um espaço concreto de afirmação da existência daqueles que praticam no seu cotidiano ações que visam a concretização da prática de Economia Solidária sendo um espaço que reforça a capacidade de ação desses agentes no seu campo prático de trabalho.

A análise do conjunto das reuniões permitiu a elaboração ilustrativa, exposta a seguir, da relação entre a dialogicidade e a autogestão no âmbito da Economia Solidária, partindo dos conceitos expostos no Quadro 2.

Quadro 3 – Relação entre autogestão e diálogo na Economia Solidária.



A ilustração demonstra a emergência do movimento cooperativista em oposição à economia de mercado presente no modelo capitalista e na paradoxal possibilidade de aproximação e comunicação da classe trabalhadora em função da vivência conjunta da exploração, opressão e alienação. O cooperativismo, pela via da produção coletiva, permitiu o desenvolvimento da autogestão. A comunicação para a ação política dos trabalhadores possibilitou o desenvolvimento do diálogo como base para a consciência crítica e a emancipação. A autogestão, como mediação pelo compartilhamento das ações, e o diálogo, como construção processual de um sistema de reciprocidade de valores simbólicos, são unificados pela *práxis* coletiva e pela participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas grandes corporações prevalece um olhar sobre o sujeito como um material ou objeto de trabalho, inserido em um processo mecânico de produção. Embora muitas organizações dependam de uma relação mais humana, no sentido de uma relação que não possa ser substituída por uma máquina, a tendência sistêmica é a da substituição da maior amplitude possível do trabalho humano pelas tecnologias de produção. Essa realidade transcende a dimensão fabril e alcança, inclusive, o caso da agricultura, que substituiu o trabalho do homem e da mulher camponesa por máquinas, tendo como consequência o enfraquecimento do conhecimento humano milenar acerca da produção alimentar.

Após dois semestres de estudos sobre este conjunto de autores minhas reflexões conduziram-me à centralidade do entendimento sobre a questão da Comunicação na perspectiva de Paulo Freire. A primeira matriz encontrada foi o ensaio “Extensão ou Comunicação?”, nesta obra a comunicação é questionada em contraposição ao que o autor denomina extensão – no sentido de estender algo, como a informação, ao homem – e a comunicação propriamente dita e verdadeira no seu sentido real de existência, que ocorre quando eu, enquanto sujeito, me desenvolvo e ajudo o outro a se desenvolver enquanto pessoa humana que pode e deve perceber-se como sujeito de criação e transformação, reflexão e crítica, ação e práxis.

O ensaio de Freire é produzido analisando os processos de trabalho de extensionistas com agricultores e agricultoras, realiza uma reflexão crítica sobre este trabalho e leva à uma indagação crítica sobre o pensamento humano. Destaca que, na comunicação, nenhum pensamento pode ser desconsiderado: quando me comunico com o outro não desconsidero o que ele pensa, o que ele sente, suas experiências de vida e de relação com o mundo, sendo importantes aspectos no desenvolvimento da ação comunicativa.

No caso de Santa Maria, observa-se a importância da Irmã Lourdes Dill, da Arquidiocese e da Cáritas da Igreja Católica como elos do processo de mediação do Projeto Esperança/Coesperança e introdutores da proposta de Economia Solidária quando este conceito ainda não havia sido consolidado oficialmente. Contudo, ressalta-se que todos que participaram desde a fundação dos Projetos Alternativos Comunitários que originaram a proposta de Economia Solidária em Santa Maria são atores importantes, pois foram, no decorrer dos anos, consolidando esta perspectiva dialógica de Economia Popular e Solidária na região, buscando resgatar a cultura daqueles que produzem no campo e vivem uma realidade de afastamento. Percebeu-se a presença da união em torno de um movimento organizado por pessoas que acreditam que é possível uma economia alternativa e solidária. Evidenciou-se uma

relação de afetividade entre os partícipes da iniciativa indicando que essa alternativa é realmente válida para a construção da cultura local.

Santa Maria tornou-se, portanto, referência em função da consolidação destas práticas cooperativistas, desde a década de oitenta até os dias de hoje o projeto Esperança/Coesperança aparece consolidado e demonstrando capacidade de integração, abarcando não apenas o homem e a mulher campesina, mas outros grupos que circulam nas margens da sociedade como indígenas, quilombolas, artesãos, grupos de estudantes e movimentos populares, em busca de uma condição que possa favorecer e reconhecer a diversidade social e cultural.

Partindo deste núcleo de referência constituído pelo Projeto Esperança/Coesperança surgiu o interesse em compreender como estava o processo de construção autogestionária e dialógica dos empreendimentos de Economia Solidária em outras regiões do Sul do país, fundamentalmente no Estado de Santa Catarina, em função da singularidade de ser o espaço de nascimento e formação desta pesquisadora.

Destacou-se neste contato o conhecimento da existência de um Centro Público de Economia Solidária na cidade de Itajaí/SC, o CEPESI. A investigação partiu então para a investigação de como estes princípios da Economia Solidária permeariam a constituição de um centro público de comercialização. O CEPESI constitui uma referência nacional importante e possui processos de comunicação bem desenvolvidos além de integrar Economia Solidária e diversidade cultural em um espaço onde as pessoas podem se manifestar e alcançar visibilidade e reconhecimento social. Além da dimensão econômica, destaca-se a inserção de artistas locais e grupos de apoio a mulheres vítimas de câncer.

O contato com o Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis ocorreu também durante a Feira Internacional do Cooperativismo, deste encontro recebi o convite para participar das reuniões mensais de discussão dos processos de organização dos empreendimentos de Economia Solidária. Florianópolis, por ser a cidade natal desta pesquisadora fez emergir o interesse em conhecer estas práticas de Economia Solidária até então não observadas em sua vivência na cidade.

Compreendeu-se que o Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis pode caracterizar-se como um espaço de reconhecimento entre os sujeitos em seus processos de ação, criação e transformação. Com maior destaque emergiu a dimensão educativa das reuniões, que intentam alcançar a consolidação dos princípios da Economia Solidária. Percebeu-se um constante processo coletivo de reafirmação dos valores da Economia Solidária os quais possibilitavam a ampliação da consciência dos integrantes sobre seus princípios. As reuniões

foram percebidas como espaços indutores das práticas autogestionárias e dialógicas efetivadas num contexto situacional, social e cultural específico.

Como preocupação para o contexto futuro, destaca-se que desde a institucionalização e legitimação da Economia Solidária através da fundação, em 2003, da SENAES – Secretaria Nacional da Economia solidária e da posse de Paul Singer como Secretário Nacional houve o estabelecimento de uma base institucional sólida para o fortalecimento do Movimento da Economia Solidária. No Brasil esta forma de economia historicamente teve dificuldade de integração às Políticas Públicas que existiam, e neste momento de transição, com a posse de Michel Temer, o movimento percebe-se ainda mais vulnerável e terá de buscar mais apoios porque com a tendência de desmobilização de muitas Políticas Públicas acarretará retrocessos na organização política da Economia Solidária.

Por fim cada ação comunicativa vem delineada por uma cultura, por um contexto situacional, político, histórico ou social relegando ao profissional de Relações Públicas a necessidade de compreender o contexto e os sujeitos do processo comunicativo. Relações Públicas é antes Comunicação Social, e como profissionais atuantes e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade, faz-se relevante o reconhecimento do sujeito em seu espectro de existência singular.

As Relações Públicas devem respaldar justamente a dimensão compreensiva do lugar em que se está e com quem se está relacionando, para que e para quem o discurso é dirigido e aquilo que se pronuncia. Compreender a relação social constitutiva dos processos comunicacionais é adentrar à complexidade do humano em suas múltiplas formas de significações e ressignificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, Carolina. **A gestão no campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios.** RAC, v. 9, n. 1, p. 79-101, Jan/Mar. 2005.

ARQUIDIOSESE DE SANTA MARIA. **PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA: Uma trajetória de Economia Solidária: 28 anos.** Santa Maria/RS, agosto de 2015.

BERTUCII, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária.** Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. 1ª. Ed., Brasília: 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Economia Popular Solidária.** Caderno 2 da Cáritas Brasileira, organizador: Roberto Marinho A. da Silva, outubro de 2001.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Mobilizando recursos para a solidariedade.** 2009. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/MOBILIZA%C3%87%C3%83O-DE-RECURSOS-Orienta%C3%A7%C3%B5es-Gerais.pdf>. Último acesso em 25/11/2016.

CÁRITAS BRASILEIRA. **20 Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACS à EPS.** Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva (Orgs.). 1 ed. 2003. Disponível em <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>. Último acesso em 18/12/2016.

CAMPOS, João Bosco. **Metodologias Participativas e Captação de Recursos.** Alvorada, Campo Grande, 2ª. Ed., 2009.

CATTANI, Antônio David. (org) **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. (orgs) **Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia Solidária diante do modelo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

KEIL, Ivete Manetzeder. MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os Pioneiros de Rochdale e as Distorções do Cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo - RS, 1982.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A comunicação como fator de humanização das organizações**. 1 ed. São Caetano, do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes; FREITAS, Marcelo Ribeiro de (Org.). **O Projeto Esperança Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil. Relato de uma experiência**. Cáritas Brasileira, Porto Alegre: 2006.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo**. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.

_____ **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. SP: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

TÉVOÉDJRÉ, ALBERT. **A pobreza, riqueza dos povos: A transformação pela solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2002.